

Veículo: TV Globo/TV Bahia	
Data: 14/10/2020	Programa: Jornal Hoje
Assunto: Operação Hydra cumpre oito mandados de prisão na BA e SC. Grupo fraudou o fisco estadual em cerca de R\$75 milhões.	

Data: 14/10/2020

Horário: 13:34:52

Emissora: TV GLOBO/TV BAHIA

Programa: JORNAL HOJE

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Operação Hydra cumpre oito mandados de prisão na BA e SC. Grupo fraudou o **fisco** estadual em cerca de R\$75 milhões.

Veículo: TV Bahia	
Data: 14/10/2020	Programa: Bahia Meio-Dia
Assunto: <u>Operação Hidra</u> : sete pessoas presas na BA e uma em SC em operação de combate a fraudes tributárias.	

Data: 14/10/2020

Horário: 12:10:53

Emissora: TV BAHIA

Programa: BAHIA MEIO-DIA

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: **Operação Hidra**: sete pessoas presas na BA e uma em SC em operação de combate a fraudes tributárias.

Veículo: TV Bahia	
Data: 14/10/2020	Programa: BA TV
Assunto: Operação Hydra cumpre oito mandados de prisão. Organização acumulou dívidas tributárias de R\$ 75 milhões.	

Data: 14/10/2020

Horário: 18:48:13

Emissora: TV BAHIA

Programa: BA TV

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Operação Hydra: oito pessoas foram presas acusadas de dever R\$ 75 milhões em tributos.

Veículo: TV Bahia	
Data: 14/10/2020	Programa: Jornal da Manhã
Assunto: Operação combate dívida de R\$ 75 milhões – Hidra. Cita a Sefaz.	

Data: 14/10/2020

Hora: 06:12

Duração: 01:21

Emissora: TV BAHIA

Programa: JORNAL DA MANHÃ

Apresentador (a): THAIC CARVALHO

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Operação combate dívida de R\$ 75 milhões – Hidra. Cita a Sefaz.

Veículo: TV Aratu	
Data: 14/10/2020	Programa: Que Venha o Povo
Assunto: Organização criminosa é alvo de operação da SSP, MP e <u>Secretaria da Fazenda.</u>	

Data: 14/10/2020

Horário: 11:56

Emissora: TV ARATU

Programa: QUE VENHA O POVO

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Organização criminosa é alvo de operação da SSP, MP e **Secretaria da Fazenda.**

Veículo: TV Itapoan/TV Record	
Data: 14/10/2020	Programa: Notícias
Assunto: Operação Hydra cumpre oito mandados de prisão na BA e SC. Organização acumulou dívida de R\$ 75 milhões.	

Data: 14/10/2020

Horário: 11:59:00

Emissora: TV ITAPOAN/TV RECORD

Programa: NOTÍCIAS

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: **Operação Hydra** cumpre oito mandados de prisão na BA e SC. Organização acumulou dívida de R\$ 75 milhões.

Veículo: TV Sudoeste/Globo Vitória da Conquista	
Data: 14/10/2020	Programa: Bahia Meio-Dia
Assunto: Operação Hidra cumpre oito mandados de prisão. Organização acumulou dívidas tributárias de R\$ 75 milhões.	

Data: 14/10/2020

Horário: 12:27:00

Emissora: TV SUDOESTE/GLOBO VITÓRIA DA CONQUISTA

Programa: NOTÍCIAS

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Operação Hidra cumpre oito mandados de prisão. Organização acumulou dívidas tributárias de R\$ 75 milhões.



ARISSON MARINHO

Operação conjunta da SSP, MP e Sefaz fez buscas em endereços de luxo, ontem, em três bairros

Presas quadrilha que sonegava impostos

Sete dos oito detidos são da mesma família que atuava há uma década em Salvador e Feira

Bruno Wendel

REPORTAGEM

bruno.cardoso@reddebahia.com.br

Alguns prédios de luxo de Salvador amanheceram com uma movimentação diferente nesta quarta-feira. Os moradores começaram o dia vendo o entrar e sair de policiais no edifício Terrazzo Collina, no bairro de Cidade Jardim; no Porto Trapiche Residence, na Avenida Contorno; e em um condomínio localizado na Praia do Forte. Os alvos eram oito pessoas envolvidas em um esquema de sonegação de impostos, que durou 10 anos. Sete delas são da mesma família.

Os acusados foram presos por uma Força Tarefa integrada pela Secretaria da Segurança Pública, Ministério Público Estadual e Secretaria da Fazenda. Na operação, foram apreendidos 100 veículos de luxo, duas lanchas e sete motos aquáticas, R\$ 70 mil em espécie, além de diversos documentos e sequestro de bens. Os nomes dos acusados não foram revelados. Eles tiveram prisões temporárias de cinco dias decretadas, podendo ser prorrogadas.

"A Secretaria da Fazenda detectou a criação sucessiva de empresas em nomes de la-

ranjas, que eram membros da mesma família: sobrinhos, filhos de sobrinhos. Aos poucos, esses golpes foram se ampliando e foram usados ex-funcionários das empresas da família. Mas o braço desse esquema funcionava em Salvador e em Feira de Santana. Havia quatro empresas em São Gonçalo e mais duas empresas em Itagá, em Santa Catarina", declarou o promotor Hugo Cassiano Santana, que é coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, e Relações de Consumo, a Economia Popular.

O grupo criava empresas em nome de terceiros e, após as autuações fiscais e constituição dos débitos, abandonava essas instituições e constituía novas, também em nome de laranjas, mas com o capital social reduzido, e fazia movimentações milionárias, também utilizando outras pessoas. Ao todo, criaram mais de 15 empresas, entre as abandonadas e as que estão em pleno funcionamento. No entanto, a Força-tarefa priorizou as que ainda estão em atividade.

"A gente precisa buscar os documentos, todas as provas da fraude. Então, realizamos as buscas principalmente nas

ativas e também aquelas que estavam situadas no mesmo local", explicou a delegada Naiara Brito, da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra Administração Pública.

PROVAS

Logo no início da manhã, a Força Tarefa cumpriu mandado no Porto Trapiche Residence, mas houve dificuldade para acessar o apartamento alvo da operação. A busca no apartamento foi proveitosa. "Saímos com muito material, mas os mais relevantes para a investigação foram encontrados nas empresas", pontuou Hugo Cassiano, representante do Ministério Público.

Outros mandados foram cumpridos no edifício Terrazzo Collina no bairro de Cidade Jardim. "Tivemos dois alvos na Cidade Jardim, bastante próximos um do outro, e também foram coletados materiais nas residências. São do mesmo grupo familiar, peças-chaves e ocupam a liderança do esquema", disse o promotor.

Segundo ele, os acusados acreditavam que nunca seriam descobertos. "Não esperavam. Não tinham nenhum tipo de preparação para qualquer tipo de atividade policial ou de busca. Foi bastante fácil arrecadar esses

materiais. Não havia nada escondido em locais onde a gente sempre tem a prática de procurar, como em fundo de armário, fundos falsos, às vezes até em caixa de descargas. Na residência do Trapiche, por exemplo, encontramos muitos documentos, mas muitos outros se encontravam nos escritórios das empresas, nada guardado de forma atípica", declarou.

A investigação contou com interceptação telefônica dos acusados. "No momento da prisão, eles estavam cientes das irregularidades, inclusive exerceram o direito constitucional de permanecerem em silêncio, a maioria deles. Mas a gente crê que eles sabiam e, pelo que a gente acompanhava no monitoramento telefônico, era bastante transparente a divisão de atribuições, de divisão de recursos obtidos através dessas práticas ilícitas. Então, a prova está muito bem constituída", disse o promotor.

Ainda de acordo com ele, a Força Tarefa apura se há mais pessoas envolvidas no esquema. "Estamos atentos para possíveis ramificações. Como percebemos que o grupo empresarial tem essa prática de criar várias empresas, a gente percebe que no andar da investigação, essa conduta vai se reiterando. Então, quando recolhemos os documentos nas empresas nesta quarta, percebemos a criação de novas pessoas jurídicas", pontuou.

Segundo o MP-BA, empresas que fazem parte do esquema de fraude têm contratos com prefeituras do interior do estado. "Essa parte em relação a contratos públicos está muito embrionária, porque a nossa ação é muito mais focada na sonegação fiscal, mas percebe-se um volume de venda de pescado para prefeituras do interior, lá na região de Feira de Santana", disse Cassiano.

De acordo com ele, a maioria dessas empresas fornecia merenda escolar. "Mas, na nossa avaliação preliminar, não apareceram indícios de algum tipo de fraude. Pareciam contratos para o fornecimento de pescado para a merenda escolar e para esses eventos que costumamos ver em Semana Santa, que tem fornecimento de pescado para a população carente. Não me parecia um esquema orquestrado para isso. Pareceria uma contratação normal, corriqueira, porém a empresa que fazia esse fornecimento desse pescado era constituída de forma fraudulenta, por laranjas", disse.

OPERAÇÃO

7 pessoas da mesma família tiveram prisão preventiva decretada

100 veículos de luxo foram apreendidos

2 lanchas também foram confiscadas

7 motos aquáticas foram apreendidas

R\$ 70 mil em espécie também foram recolhidos na operação conduzida pela SSP, MP-BA e Secretaria da Fazenda

A TARDE

HIDRA Ação resultou em 8 prisões, e o prejuízo causado por organização chega a R\$ 75 milhões em sonegação fiscal

Operação investiga crime contra fisco baiano

BRUNO BRITO*

Uma operação integrada do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e pelas secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP) cumpriu, na manhã de ontem, oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão na Bahia e em Santa Catarina. A Operação Hidra investiga uma organização criminosa com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias com o fisco baiano.

Os agentes atuaram em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, além de Itajai, em Santa Catarina.

Segundo informações do MP-BA, o grupo atuava no comércio atacadista de alimentos criando empresas em nome de laranjas, realizando compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras" (constituídas e registradas de forma fraudulenta), utilizadas para emitir notas fiscais frias para a prática da sonegação fiscal.

Histórico

Segundo o promotor de justiça Hugo Cassiano, o grupo constituiu mais de 15 empresas e já havia sido autuado diversas vezes pela Sefaz. "É um grupo familiar que se iniciou há mais de 10 anos nesse ramo atacadista



Policiais cumpriram 19 mandados de busca e apreensão e recolheram documentos dos investigados em imóveis que ficam em áreas nobres

Ações foram em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos

de alimentos. As empresas iam sendo criadas, utilizadas para exploração econômica, e quando os débitos ficavam altos, eles simplesmente abandonavam as empresas e prosseguiam com a criação de novas empresas, com novos laranjas, e fizeram isso ao longo dos anos", explicou.

As oito pessoas que tiveram a prisão decretada foram levadas à Companhia de Operações Especiais (COE), em Salvador, para ser interrogadas.

Interdição

Já a empresa JRS, de Itajai, foi interditada pelo Ministério da Agricultura, por conta de

diversas irregularidades, a exemplo de pescados em decomposição e etiquetas falsificadas.

No entanto, os materiais apreendidos confirmam as suspeitas. "O material arrecadado ainda será analisado, mas, pelo que podemos constatar, a documentação apreendida confirma as

nossas suspeitas. Nós consideramos a ação muito exitosa, tivemos 100% de aproveitamento no que diz respeito ao cumprimento dos mandados de prisão e de busca e apreensão", afirmou o promotor.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Veículo: A Tarde On Line	Caderno: Notícias
Data: 14/10/2020	Página: --

A TARDE

Qua , 14/10/2020 às 12:27 | Atualizado em: 14/10/2020 às 12:29

Hidra: operação prende oito integrantes de organização que sonegou R\$ 75 milhões

Redação



Oito pessoas, envolvidas em um esquema de sonegação de impostos que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano foram capturadas na manhã desta quarta-feira, 14, no âmbito da operação Hidra. Além das prisões, mandados de busca e apreensão também foram cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

A operação foi deflagrada por uma força-tarefa integrada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e as **secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz)** e da Segurança Pública (SSP) e investigava a movimentação da organização que atuava no comércio atacadista de alimentos e pescados. De acordo com a investigação, o grupo, que constituiu mais de 15 empresas durante a manutenção do esquema, utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

Durante buscas em 19 locais, os policiais civis da Dececap, da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) apreenderam cerca de 100 carros, duas lanchas, sete jets skis, 70 mil reais em espécie, computadores, documentos, entre outros itens.

Deram apoio nos cumprimentos dos mandados equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE).

Tribuna

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2018 ANO XLVIII-N 15436
CAPITAL R\$2,00

www.tribunadabahia.com.br

da Bahia



Decisão da Caixa facilitará a vida dos mutuários, que vivem dias bem difíceis

Operação Hidra desvenda golpe de R\$ 75 milhões

A organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utiliza laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras", constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, para evasão de receita e sonegação fiscal. **PÁGINA 6**

Operação Hidra prende oito por esquema de R\$ 75 mi em sonegação fiscal

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão foram cumpridos ontem pela manhã, quarta-feira (14) nos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, e ainda em Itajaí, em Santa Catarina, durante a deflagração da Operação Hidra. De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pelo Ministério Público estadual e pelas secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP), a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras",

constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, para evasão de receita e sonegação fiscal. A organização acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias.

As oito pessoas envolvidas na organização foram conduzidas à Companhia de Operações Especiais (COE), em Salvador, para serem interrogadas. Além disso, a empresa JRS, de Itajaí, em Santa Catarina, foi interdita pelo Ministério da Agricultura por conta de diversas irregularidades, tais como pescados em decomposição e etiquetas falsificadas.

A força-tarefa, disse que em dez anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios. Essas

empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

CIRA

Atuam na força-tarefa o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz; e o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Adminis-



FORÇA-TAREFA

Municípios baianos e de Santa Catarina foram alvos da operação conjunta

tração Pública (Dececap), ligados à SSP.

O trabalho é parte das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além do MP, da Sefaz e da SSP, o Tribunal de Justiça da Bahia e a Procuradoria Geral do Estado. Além de operações especiais como a Hidra, as estratégias do Cira para a recuperação do créditos sonegados envolvem a realização de oitivas com contribu-

intes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

"Foi uma operação bastante importante, tivemos êxito total. Foram expedidos oito mandatos de prisão e 15 mandatos de busca e apreensão. Todos cumpridos", disse o promotor de justiça Hugo Cassiano. A coletiva à imprensa foi realizada ontem

pela manhã, no auditório Afonso Garcia Tinóco, na sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia- CAB, com o promotor de Justiça e coordenador do Gaesf, Hugo Cassiano, a inspetora do Infip/Sefaz-Ba, Sheilla Cavalcante Meirelles, a delegada da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Draco, Fernanda Asfóra e a delegada do Dececap, Nayara Sales Brito.

Veículo: Site Tribuna da Bahia	
Data 14/10/2020	Caderno:



Sete presos em operação contra fraudes fiscais na BA são da mesma família

Cerca de 100 carros foram apreendidos, oitava prisão foi no estado de Santa Catarina. Polícia também apreendeu R\$ 70 mil em dinheiro, duas lanchas, sete motos aquáticas, documentos e computadores

Tribuna da Bahia, Salvador

14/10/2020 13:25 | Atualizado há 20 horas e 18 minutos



Foto: Alberto Maraux / SSP-BA

Sete dos oito presos em uma operação feita contra fraudes fiscais, na Bahia, nesta quarta-feira (14), são da mesma família. De acordo com a polícia, na ação, cerca de 100 carros, duas lanchas, sete motos aquáticas e R\$ 70 mil em cédulas, computadores e documentos foram apreendidos.

Na capital baiana, apenas uma pessoa foi presa. As outras seis prisões na Bahia foram em Camaçari (3); Feira de Santana (2); Mata de São João (1). A oitava prisão foi em Itajaí (SC). Esse suspeito não faz parte da mesma família.

A organização criminosa agia há 10 anos, segundo a força-tarefa integrada pela Secretaria da Segurança Pública (SSP-BA), Ministério Público Estadual (MP-BA) e Secretaria da Fazenda (Sefaz). Mandados de busca e apreensão também foram cumpridos na cidade baiana de São Gonçalo dos Campos.

Em Salvador, os mandados foram cumpridos em um condomínio na região do Cidade Jardim, onde ficam apartamentos de médio e alto padrão, e também em um condomínio de luxo na Avenida Contorno.

Fraudes fiscais em comércio atacadista



Material foi apreendido em operação contra fraudes fiscais na Bahia nesta quarta-feira (14). — Foto: Alberto Maraux/SSP-BA

Segundo a SSP-BA, o grupo fazia parte de comércio atacadista de alimentos e pescados, e utilizava laranjas em simulações de contratos sociais. As investigações apontam que a organização criminosa acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias. O nome da empresa não foi divulgado.

A organização criminosa também fazia compra em nomes de terceiros e empresas criadas apenas para emitir notas fiscais frias, além de outras fraudes, como evasão de receita e sonegação fiscal. Os suspeitos constituíram mais de 15 empresas.

Todos os bens adquiridos com a sonegação dos R\$ 75 milhões foram apreendidos porque a Justiça determinou que eles fossem sequestrados para ressarcir os cofres públicos.

Massa!

Feito do seu jeito

Massa! SALVADOR
Quinta-feira, 15 de outubro de 2020

POLÍCIA! 11

Dívida milionária põe sete da mesma família na prisão

Operação Hidra derruba organização criminosa que deve R\$ 75 milhões em impostos pro Estado



Policiais cumpriram mandados em endereços de alto luxo em Salvador

● BRUNO BRITO*
redacao@jornalmassa.com.br

Uma operação integrada do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e das secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP) cumpriu, na manhã de ontem, oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão na Bahia e em Santa Catarina.

A Operação Hidra investiga uma organização criminosa com

R\$75 milhões em dívidas tributárias com o fisco baiano. Entre os presos, sete são da mesma família.

Os agentes atuaram em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, além de Itajaí (SC).

Segundo informações do MP-BA, o grupo atuava no comércio atacadista de alimentos criando empresas em nome de laranjas,

realizando compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras" (constituídas e registradas de forma fraudulenta), utilizadas para emitir notas fiscais frias para a prática da sonegação fiscal.

Segundo o promotor de justiça Hugo Cassiano, o grupo constituiu mais de 15 empresas e já havia sido autuado diversas vezes pela Sefaz.

"É um grupo familiar que se iniciou há mais

de 10 anos nesse ramo atacadista de alimentos. As empresas iam sendo criadas, utilizadas para exploração econômica, e quando os débitos ficavam altos, eles simplesmente abandonavam as empresas e prosseguiam com a criação de novas empresas, com novos laranjas, e fizeram isso ao longo dos anos", explicou.

*Sob a supervisão da editora Meire Oliveira

Empresa foi interdita

As oito pessoas que tiveram a prisão decretada foram levadas à Companhia de Operações Especiais (COE), em Salvador, para ser interrogadas. Já a empresa JRS, de Itajaí, foi interdita pelo Ministério da Agricultura, por causa de diversas irregularidades, a exemplo de pescados em decomposição e etiquetas falsificadas. "O material arrecadado ainda será analisado, mas, pelo que podemos constatar, a documentação apreendida confirma as nossas suspeitas. Nós consideramos a ação muito exitosa, tivemos 100% de aproveitamento no cumprimento dos mandados", afirmou o promotor.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 14 de Outubro de 2020 - 16:55

Hidra: Confira lista das empresas alvo de operação contra sonegação na Bahia

por Bruno Luiz / Matheus Caldas



A Operação Hidra, que investiga uma suposta organização criminosa que acumula R\$ 75 milhões em dívidas tributárias com o fisco baiano, cumpriu mandados busca e apreensão na manhã desta quarta-feira (14), pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA) com apoio de secretarias estaduais (saiba mais [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)). O Bahia Notícias apurou o nome de todas as 10 empresas que foram alvo dos mandados na força-tarefa por suposto envolvimento no esquema. Confira abaixo. [Confira abaixo:](#)

- Centraliza Locação, Armazenagem e Logística LTDA.;
- Seikomar Distribuidora de Alimentos LTDA.;
- Armazém 4 Armazenagem Eireli;
- Big Peixe Transportes LTDA.;
- Ipirá Comercio de Alimentos Eireli.;
- Porto Frio Comércio e Armazenagem LTDA (filial);
- Comercial Rosário Eireli;
- JRS Alimentos Eireli;
- Basc Ind Comercio e Manipulação de Pescados LTDA.;
- Porto Frio Comércio e Armazenagem LTDA,.

Além das 10 empresas alvo do mandado de busca e apreensão, outras sete são investigadas pela operação. Os nomes, contudo, não foram divulgados.

A investigação aponta os líderes do esquema utilizavam laranjas para abrir outras empresas e, assim, dar continuidade às ilicitudes. Os empreendimentos contraíam dívidas tributárias, eram fechados oficialmente, e caíam na dívida ativa do estado. Contudo, neste esquema de sonegação, os suspeitos não pagavam os tributos e abriam outras empresas nos mesmos

endereços, mas com registro em nome de pessoas diferentes. O modus operandi é verificado em parte dos estabelecimentos.

Primeira empresa divulgada pelo MP-BA, a Big Peixe, situada em São Gonçalo dos Campos, n Portal do Sertão, estava registrada no mesmo endereço da Ipirá Comercio de Alimentos Elireli. Também na mesma cidade, e no mesmo prédio, mas numa sala diferente, a investigada é uma filial da Porto Frio Comércio e Armazenagem LTDA. Ainda no mesmo local, está a Comercial Rosário Eireli.

Já em Salvador, estão registradas no mesmo local a Centraliza Locação, Armazenagem e Logística LTDA., e a Seikomar Distribuidora de Alimentos LTDA., ambas localizada no Porto Seco Pirajá. Em outro endereço da capital, é investigada também a Armazém 4 Armazenagem Eireli.

Em Feira de Santana, o alvo da operação é a Porto Frio Comércio e Armazenagem LTDA.

Ainda há outros dois empreendimentos investigados em Itajaí, em Santa Catarina: a JRS Alimentos Eireli e a Basc Ind Comercio e Manipulação de Pescados LTDA.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 14 de Outubro de 2020 - 10:00

Empresário seria articulador de esquema que sonegou R\$ 75 milhões na Bahia; entenda



Um dos nomes por trás da suposta organização criminosa que acumula R\$ 75 milhões em dívidas tributárias com o fisco baiano é o do empresário Luiz Paulo Monteiro. Fontes ligadas ao caso disseram que ele e seu sobrinho, conhecido como Monteirinho, são a dupla apontada pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA) como líder do esquema criminoso.

De acordo com o órgão, o grupo coordenado pelos dois constituiu mais de 15 empresas em 10 anos, usando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios ([saiba mais aqui](#)).

Uma das empresas é a Big Peixe Ltda, divulgada pelo MP-BA mais cedo. A empresa tem sede em São Gonçalo dos Campos, no interior da Bahia, e tem Bianca Magalhães Monteiro como sócia-administradora. O cadastro oficial na Receita Federal indica atividade desde janeiro de 2016, com atuação na área de transporte rodoviários de carga ([saiba mais aqui](#)).

Junto às secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz-BA) e da Segurança Pública (SSP-BA), o MP-BA saiu às ruas de São Gonçalo dos Campos, Salvador, Feira de Santana e Camaçari, na Bahia, e Itajaí, em Santa Catarina, para cumprir 19 mandados de busca e apreensão e oito de prisão.

Veículo: Bocão News	Justiça
Data: 14/10/20	<u>Cita Sefaz</u>



Justiça

Operação Hidra: Policiais cumprem buscas em Feira de Santana



14 de Outubro de 2020 às 11:06 Por: Divulgação Por: Redação BNews 0 comentários

Aforça-tarefa coordenada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e pelas secretarias estaduais da Fazenda e da Segurança Pública também cumpre mandados em Feira de Santana, a cerca de 100 quilômetros de Salvador, na manhã desta quarta-feira (14). Denominada Hidra, a operação investiga uma organização do ramo atacadista acusada de sonegação. De acordo com a Polícia Federal, agências bancárias e empresas privadas são alvos de fiscalizações na cidade.

Ao todo, oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão estão sendo cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além de Itajaí, em Santa Catarina.

Um empresário baiano foi preso nesta manhã em Praia do Forte, alvo da operação. Conforme informações apuradas pelo BNews, o empresário é Luiz Paulo Dantas Monteiro, dono de um apartamento no Edifício Trapiche, no Comércio, que também é alvo de busca e apreensão.

De acordo com informações do MPBA, a organização utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros

e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal, chegando a acumular R\$ 75 milhões em dívidas tributárias. A prática foi identificada pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA).

Prática

Ainda de acordo com informações do órgão, em dez anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. “Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas”, explicou, em nota, o MPBA.

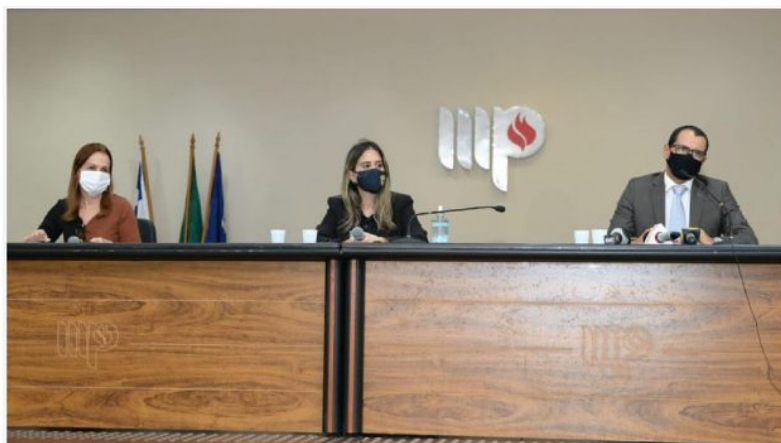
Com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Veículo: Bocão News	Polícia
Data: 14/10/20	



Polícia

‘Operação Hidra’: Suspeitos demonstraram surpresa com mandados e permaneceram em silêncio em interrogatório



14 de Outubro de 2020 às 13:10 Por: Dinaldo Silva/ BNews Por: Nilson Marinho/ Aline Reis/Luiz Felipe Fernandez 0comentários

Os suspeitos presos nesta quarta-feira (14), alvos da Operação Hidra, demonstraram surpresa com o cumprimento dos mandados. Em coletiva de imprensa nesta manhã, representantes do Ministério Público e da Polícia Civil relataram que os indiciados "não esperavam" pela prisão e que os documentos obtidos que indicavam o esquema de criação de empresas por meio de laranjas não estavam escondidos, diferente do que acontece em outros casos.

Apesar da aparente surpresa, os suspeitos exerceram o direito de permanecerem em silêncio durante a busca e nos interrogatório.

"Não esperavam. Pareciam que não tinham nenhuma preparação para qualquer tipo de atividade policial. A busca foi bastante fácil, não havia nada escondido [...] nada guardado de forma atípica", declarou o investigador da Polícia Civil, que explicou que a maior parte dos documentos foram encontrados no

escritório do empresário Luiz Paulo Dantas Monteiro, no Edifício Trapiche, no bairro do Comércio.

Durante a investigação, foi detectado que prefeituras de cidades baianas, principalmente da região de Feira de Santana, mantinham contratos de compra de pescados com uma das empresas envolvidas no esquema. No entanto, até o momento não há indícios de irregularidades nestes contratos.

Na coletiva, os representantes detalharam o mecanismo de operação dessa quadrilha. Uma Força Tarefa integrada pela Secretaria da Segurança Pública, Ministério Público Estadual e Secretaria da Fazenda sonegava há 10 anos os impostos.

Entre os oito capturados, sete pessoas são da mesma família. Foram cumpridos 9 mandados de busca e apreensão em endereços residenciais e 10 nas empresas envolvidas com o crime. Durante a operação 100 veículos foram apreendidos, a maioria de alto padrão, além de duas lanchas, sete motos aquáticas, R\$ 70 mil reais em espécie, computadores, documentos, entre outros itens.

Em Salvador, um dos alvos foi localizado no bairro de Cidade Jardim, no edifício Terrazzo Collina. Outra ordem judicial cumprida na capital, ocorreu na região da Contorno, no Porto Trapiche Residence. O proprietário do imóvel, às margens da Baía de Todos os Santos, foi encontrado, em Praia do Forte, município de Mata de São João.

Durante buscas em 19 locais, os policiais civis da Dececap, da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) apreenderam cerca de 100 carros, duas lanchas, sete jets skys, 70 mil reais em espécie, computadores, documentos, entre outros itens.

Veículo: Bocão News	Polícia
Data: 14/10/20	



Polícia

Operação Hidra detecta cerca de 20 empresas envolvidas em esquema criminoso de sonegação fiscal



14 de Outubro de 2020 às 12:28 Por: Divulgação/ SSP-BA Por: Nilson Marinho/ Aline Reis
0comentários

O promotor Hugo Cassiano do Ministério Público da Bahia (MP-BA), informou durante coletiva sobre a Operação Hidra, deflagrada nesta quarta-feira (14), que a organização criminosa acusada de sonegar impostos por 10 anos, tinha 17 empresas laranjas para realizar os crimes financeiros.

Cassiano detalhou que sete dessas estavam inativas, três em atividades e, pelo menos, mais sete de “stand by” para futuras operações. “O trabalho iniciou com a secretaria da Fazenda na detecção de condutas que tinham feições de sonegação, a partir do momento em que os auditores fiscais perceberam o movimento de constituição de empresas em nome de laranjas com débitos altos, em seguida eram consideradas inaptas e deixavam de atuar no mercado”, explicou.

O promotor explicou que a conduta reiterada do grupo com sucessivos débitos deixados para trás, batizou a operação com o título ‘Hidra’, em alusão a um dragão na mitologia grega, que tinha diversas cabeças e toda vez que eram cortadas, outras nasciam.

“No atacado de carnes e pescados, temos uma relação dessas empresas tanto as ativas como inativas, no entanto, no decorrer das investigações foram detectados novos projetos, que embora não tenham débitos, são chamados de “negócios de gaveta”, ficam aguardando o momento para serem usadas na prática fraudulenta”, disse.

Veículo: Acorda Cidade	Caderno: Economia
Data: 15/10/2020	Página: --
Assunto:	



Polícia

[Todas as notícias](#)

Publicado em 14/10/2020 06h55.

Operação contra sonegação fiscal é deflagrada em Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e outras cidades da Bahia

. Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador.

Mudar o tamanho da letra: **A+** **A-**

Uma organização criminoso que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano é alvo na manhã desta quarta-feira (14) da Operação Hidra, que executa oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Feira de Santana, Salvador Camaçari, e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, e ainda em Itajaí, em Santa Catarina. Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-Ba) e pelas secretarias estaduais da Fazenda e da Segurança Pública, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a Sefaz-Ba receber denúncias quanto a essas práticas fraudulentas. Em dez anos, de acordo com a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Ainda de acordo com a força-tarefa, também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Cira

Atuam na força-tarefa o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia, a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz-Ba, e, pela Secretaria da Segurança Pública, o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap).

O trabalho é parte das ações do Cira – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que reúne, além do MP-Ba, da Sefaz-Ba e da SSP-Ba, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba). Além de operações especiais como a Hidra, as estratégias do Cira para a recuperação do crédito sonegado envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

Veículo: Agora Sudoeste	Caderno: Economia
Data: 15/19/2020	Página: --
Assunto:	



Bahia: SSP, MP e Sefaz combatem organização com R\$ 75 milhões em dívidas

14 Out 2020 - 10:57h | Por Wilker Porto | Agora Sudoeste



Foto - Divulgação / SSP-BA

Uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano é alvo na manhã desta quarta-feira (14) da Operação Hidra. Oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Criminal de Salvador, são cumpridos nas cidades baianas de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina. De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pela Secretaria da Segurança Pública, pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-Ba) e pela Sefaz, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal. As investigações começaram após a Sefaz-Ba receber denúncias quanto a essas práticas fraudulentas. Em dez anos, de acordo com a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios. Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Veículo: Aratu On	Caderno: Notícias
Data: 14/10/2020	Página: --

ARATU on

Operação combate organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias na Bahia

Compartilhe:

Facebook Twitter WhatsApp

Há 12 horas Atualizada Há 12 horas Fonte: Da redação



Crédito da Foto: divulgação / SSP-BA

Uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano é alvo na manhã desta quarta-feira (14/10) da Operação Hidra. Oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Criminal de Salvador, são cumpridos nas cidades baianas de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pela Secretaria da Segurança Pública, pelo Ministério Público da Bahia (MP-Ba) e pela Secretaria da Fazenda (Sefaz), a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras", constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a Sefaz-Ba receber denúncias quanto a essas práticas fraudulentas. Em dez anos, de acordo com a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas

devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Ainda de acordo com a força-tarefa, também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE) deram apoio nos cumprimentos dos mandados.



CIRA

Atuam na força-tarefa, a Dececap da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil, o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia e a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz-Ba.

O trabalho é parte das ações do Cira – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que reúne, além da SSP, MP-Ba e Sefaz-Ba, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba).

Além de operações especiais como a Hidra, as estratégias do Cira para a recuperação do crédito sonegado envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

Veículo: Site Bahia Política	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias



‘Operação Hidra’: Suspeitos e policiais chegam no Centro de Operações Especiais

A movimentação é grande na manhã desta quarta-feira (14), no Centro de Operações Especiais (COE), da Polícia Civil, após a Operação Hidra ser deflagrada com oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão. A reportagem acompanha o fluxo no local e aos poucos os acusados de causar um rombo de R\$ 75 milhões aos cofres tributários do fisco baiano vão chegando, além das provas com os policiais.



Foto: Bnews

Operação

Conforme informações apuradas pelo BNews, o empresário Luiz Paulo Dantas Monteiro foi preso em Praia do Forte. Ele é dono de um apartamento no Edifício Trapiche, no Comércio, que também é alvo de busca e apreensão. Policiais

Civis estão no local desde o início da manhã. A empresária Suely de Almeida Dantas também foi presa, já em Salvador.

São cumpridos nas cidades baianas de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina mandados contra a organização criminosa. A empresa Big Peixe Transportes LTDA, com sede em São Gonçalo dos Campos, também foi alvo da operação.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pela Secretaria da Segurança Pública, pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-Ba) e pela Sefaz, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras", constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

Veículo: Bahia Já

Data: 15/10/2020

Coluna: Política

BahiaJa
Jornalismo da igualdade

Tasso Franco - Diretor de Redação

FORÇA TAREFA FAZ OPERAÇÃO CONTRA SONEGAÇÃO FISCAL BAHIA R\$78 MILHÕES

Tasso Franco , da redação em Salvador | 14/10/2020 às 09:27



Acontece nesta quarta

Foto: SSP

O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e as secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP) deflagraram, na manhã desta quarta-feira, 14, uma operação que tem como alvo uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano. A operação Hydra cumpre oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além da cidade de Itajaí (SC).

Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador. Informações iniciais dão conta que o empresário Luiz Paulo Dantas Monteiro foi preso em Praia do Forte, no município de Mata de São João, no litoral norte.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a Sefaz receber denúncias sobre as práticas fraudulentas. Ainda segundo a força-tarefa, em 10 anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas, tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

DIREITO

SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS NA BAHIA: 8 MANDADOS DE PRISÕES FORAM CUMPRIDOS

Com informações da Ascom MP BA

Tasso Franco , da redação em Salvador | 14/10/2020 às 14:54



Operação Hidra

Foto:

Foram cumpridos na manhã dessa quarta-feira (14) oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão nos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, e ainda em Itajaí, em Santa Catarina, durante a deflagração da Operação Hidra, que investiga uma organização com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pelo Ministério Público estadual e pelas secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP), a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As oito pessoas envolvidas na organização foram conduzidas à Companhia de Operações Especiais (COE), em Salvador, para serem interrogados. Além disso, a empresa JRS, de Itajaí, em Santa Catarina, foi interditada pelo Ministério da Agricultura por conta de diversas irregularidades, tais como pescados em decomposição e etiquetas falsificadas.

De acordo com a força-tarefa, em dez anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios. Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Cira

Atuam na força-tarefa o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz; e o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), ligados à SSP.

O trabalho é parte das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além do MP, da Sefaz e da SSP, o Tribunal de Justiça da Bahia e a Procuradoria Geral do Estado. Além de operações especiais como a Hidra, as estratégias do Cira para a recuperação do créditos sonegados envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

Veículo: Site Camaçari Notícias	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias

CAMAÇARI NOTÍCIAS

Operação contra fraudes fiscais cumpre mandados de prisão; três pessoas são presas em Camaçari

Escrito por Camaçari Notícias em 14 de Outubro de 2020



Na manhã desta quarta-feira (14), a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) cumpre oito mandados de prisão e outros 19 de busca e apreensão da Operação Hidra contra fraudes fiscais. De acordo com a SSP, a organização criminosa acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano. Os mandados são cumpridos nas cidades de Salvador, Camaçari, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Itajaí (SC).

De acordo com informações da polícia, uma prisão ocorreu em Salvador, três em Camaçari, uma em Mata de São João, duas em Feira de Santana e a oitava prisão foi em Itajaí, em Santa Catarina. Dentre os envolvidos, sete são da mesma família.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pela Secretaria da Segurança Pública, pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e pela Sefaz, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras", constituídas

apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a Sefaz-Ba receber denúncias quanto a essas práticas fraudulentas. Em dez anos, de acordo com a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Ainda de acordo com a força-tarefa, também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE) deram apoio nos cumprimentos dos mandados.

Veículo: Diário em Foco	Bahia
Data: 14/10/20	



Bahia Fazenda

Organização com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias é alvo da Operação Hidra

Uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano é alvo na manhã desta quarta-feira (14) da Operação Hidra

14/10/2020 12h12

Por: Helouíza SantosFonte: Secom

Uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano é alvo na manhã desta quarta-feira (14) da Operação Hidra, que executa oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, e ainda em Itajaí, em Santa Catarina. Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e pelas secretarias estaduais da Fazenda

(Sefaz) e da Segurança Pública (SSP), a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a Sefaz-BA receber denúncias quanto a essas práticas fraudulentas. Em dez anos, de acordo com a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Ainda de acordo com a força-tarefa, também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Cira

Atuam na força-tarefa o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia, a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz-Ba, e, pela Secretaria da Segurança Pública, o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap).

O trabalho é parte das ações do Cira – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que reúne, além do MP-Ba, da Sefaz-Ba e da SSP-Ba, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba). Além de operações especiais como a Hidra, as estratégias do Cira para a recuperação do crédito sonegado envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

Coletiva de Imprensa

Às 11h30, no auditório Afonso Garcia Tinôco, na sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia- CAB, o promotor de Justiça e coordenador do Gaesf, Hugo Cassiano, a inspetora do Infip/Sefaz-BA, Sheilla Cavalcante Meirelles, a delegada da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Draco, Fernanda Asfóra, e a delegada do Dececap, Nayara Sales Brito, atenderão a imprensa.

Veículo: Folha do Estado da Bahia	
Data 14/10/2020	Caderno:



Alvos de mandados de prisão sonegavam impostos há 10 anos

Deram apoio nos cumprimentos dos mandados equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE).

14/10/2020 às 02:48h



Crédito: Divulgação

Oito pessoas, envolvidas em um esquema de sonegação de impostos há 10 anos, foram capturadas na manhã desta quarta-feira (14), por uma Força Tarefa integrada pela Secretaria da Segurança Pública, Ministério Público Estadual e Secretaria da Fazenda. Além das prisões, mandados de busca e apreensão também foram cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

Em Salvador, um dos alvos foi localizado no bairro de Cidade Jardim, no edifício Terrazzo Collina. Outra ordem judicial cumprida na capital, ocorreu na região da Contorno, no Porto Trapiche Residence. O proprietário do imóvel, às margens da Baía de Todos os Santos, foi encontrado, em Praia do Forte, município de Mata de São João.

Durante buscas em 19 locais, os policiais civis da Dececap, da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) apreenderam cerca de 100 carros, duas lanchas, sete jets skys, 70 mil reais em espécie, computadores, documentos, entre outros itens.

"Solicitamos o sequestro destes bens e recebemos decisão favorável da Justiça", contou a delegada Nayara Sales Brito, integrante da Dececap e responsável pela inquérito.

Deram apoio nos cumprimentos dos mandados equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE).

Veículo: Ilhéus 24h	Justiça
Data: 14/10/20	



HIDRA: OPERAÇÃO PRENDE OITO INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÃO QUE SONEGOU R\$ 75 MILHÕES

 14/out/2020 . 12:52



Operação prende oito integrantes de organização que sonegou R\$ 75 milhões

Oito pessoas, envolvidas em um esquema de sonegação de impostos que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano foram capturadas na manhã desta quarta-feira (14) no âmbito da operação Hidra. Além das prisões, mandados de busca e apreensão também foram cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

A operação foi deflagrada por uma Força Tarefa integrada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e as secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP) e investigava a movimentação da organização que atuava no comércio atacadista de alimentos e pescados.

De acordo com a investigação, o grupo, que constituiu mais de 15 empresas durante a manutenção do esquema, utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

Durante buscas em 19 locais, os policiais civis da Dececap, da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) apreenderam cerca de 100 carros, duas lanchas, sete jets skis, 70 mil reais em espécie, computadores, documentos, entre outros itens.

Deram apoio nos cumprimentos dos mandados equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE).

Veículo: Metro1	Bahia
Data: 14/10/20	<u>Cita Sefaz</u>



Bahia

Operação Hidra detecta 17 empresas envolvidas em esquema de sonegação fiscal

Promotor do MP-BA explicou, em coletiva, que a conduta reiterada do grupo com sucessivos débitos deixados para trás, batizou a operação com o título 'Hidra'

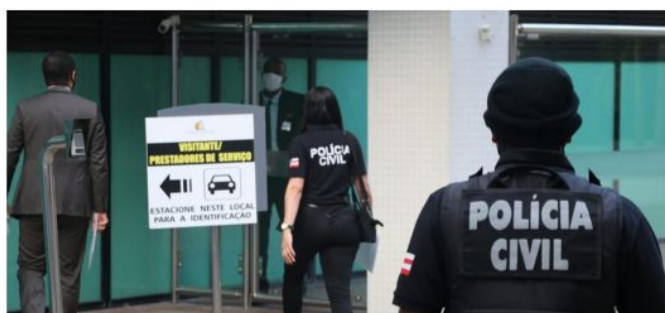


Foto : Divulgação/ SSP-BA

Por **Metro1** no dia 14 de Outubro de 2020 - 15:41

O promotor do Ministério Público da Bahia (MP-BA), Hugo Cassiano, informou em coletiva sobre a Operação Hidra, deflagrada hoje (14), que a organização criminosa acusada de sonegar impostos por 10 anos, tinha 17 empresas laranjas para realizar os crimes financeiros.

“O trabalho iniciou com a **secretaria da Fazenda** na detecção de condutas que tinham feições de sonegação, a partir do momento em que os auditores fiscais perceberam o movimento de constituição de empresas em nome de laranjas com débitos altos, em seguida eram consideradas inaptas e deixavam de atuar no mercado”, explicou.

O promotor explicou que a conduta reiterada do grupo com sucessivos débitos deixados para trás, batizou a operação com o título ‘Hidra’, em alusão a um dragão na mitologia grega, que tinha diversas cabeças e toda vez que eram cortadas, outras nasciam.

“No atacado de carnes e pescados, temos uma relação dessas empresas tanto as ativas como inativas, no entanto, no decorrer das investigações foram detectados novos projetos, que embora não tenham débitos, são chamados de “negócios de gaveta”, ficam aguardando o momento para serem usadas na prática fraudulenta”, disse Cassiano.

Veículo: Metro1	Bahia
Data: 14/10/20	<u>Cita Sefaz</u>



Bahia

Operação Hidra prende oito pessoas envolvidas em esquema de sonegação de impostos

Suspeita é de que fraudes tenham chegado a R\$ 75 milhões



Foto : Divulgação/SSP-BA

Por **Lara Curcino** no dia 14 de Outubro de 2020 · 12:12

A Polícia Civil capturou hoje (14) oito pessoas envolvidas no esquema de sonegação de impostos há 10 anos, que foram alvos da Operação Hidra nesta manhã.

A força-tarefa da ação inclui a Secretaria Estadual de Segurança Pública, o Ministério Público Estadual e a Secretaria Estadual da Fazenda. Além das prisões, 19 mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além de em Santa Catarina, no município de Itajaí.

Na capital baiana, um dos alvos foi localizado no Cidade Jardim, no edifício Terrazzo Collina. Outra ordem judicial foi cumprida na Avenida Contorno, no Porto Trapiche Residence. O proprietário do imóvel foi encontrado em Praia do Forte.

Durante buscas em 19 locais, os policiais civis da Dececap, da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) apreenderam cerca de 100 carros, duas lanchas, sete jets skys, 70 mil reais em espécie, computadores, documentos, entre outros itens.

Organização com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias é alvo da Operação Hidra

14 outubro 2020



Uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano é alvo na manhã desta quarta-feira (14) da Operação Hidra, que executa oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, e ainda em Itajaí, em Santa Catarina. Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e pelas secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP), a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a Sefaz-BA receber denúncias quanto a essas práticas fraudulentas. Em dez anos, de acordo com a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho,

que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Ainda de acordo com a força-tarefa, também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Cira

Atuam na força-tarefa o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia, a Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz-Ba, e, pela Secretaria da Segurança Pública, o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap).

O trabalho é parte das ações do Cira – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que reúne, além do MP-Ba, da Sefaz-Ba e da SSP-Ba, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba). Além de operações especiais como a Hidra, as estratégias do Cira para a recuperação do crédito sonegado envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

Coletiva de Imprensa

Às 11h30, no auditório Afonso Garcia Tinôco, na sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia- CAB, o promotor de Justiça e coordenador do Gaesf, Hugo Cassiano, a inspetora do Infip/Sefaz-BA, Sheilla Cavalcante Meirelles, a delegada da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Draco, Fernanda Asfóra, e a delegada do Dececap, Nayara Sales Brito, atenderão a imprensa.

Veículo: Tribuna Feirense	
Data 14/10/2020	Caderno:

TRIBUNA

Compromisso com a verdade FEIRENSE

Empresários do setor atacadista são alvos de operação que apura sonegação de R\$ 75 milhões

14 de outubro de 2020 | 11h 12



Foto: Alberto

Maraux/SSP-BA

A Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP), o Ministério Público do Estado (MP-BA) e a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) deflagraram na manhã desta quarta-feira (14) a Operação Hidra, que mira uma organização criminosa suspeita de acumular R\$ 75 milhões em dívidas tributárias ao fisco baiano.

Os alvos da força-tarefa são empresários que atuam no comércio atacadista de alimentos e pescados. Segundo as investigações, o grupo utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras", constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

Ao todo, estão sendo cumpridos oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão nas cidades baianas de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além do no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina. Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal na capital baiana.

Em dez anos, grupo criou 15 empresas

As investigações começaram após a Sefaz-BA receber denúncias sobre as supostas práticas fraudulentas. Em dez anos, de acordo com a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Ainda de acordo com a força-tarefa, também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objetos de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE) deram apoio nos cumprimentos dos mandados.

Atuam na força-tarefa a Dececap da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil, o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia e a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz-Ba.

O trabalho é parte das ações do Cira (Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos), que reúne, além da SSP, MP-BA e Sefaz-BA, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJB-A) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba).

As estratégias do Cira para a recuperação do crédito sonegado também envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

Veículo: Varela Notícias	Justiça
Data: 15/10/20	<u>Cita Sefaz</u>



15/10/20 às 07h42 - Atualizado em 15/10/20 às 07h42

Operação Hidra: Oito envolvidos em esquema de sonegação são capturados

Mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Salvador e outros 4 municípios baianos



Foto: Alberto Maraux / SSP-BA

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

Oito pessoas, envolvidas em um esquema de sonegação de impostos há 10 anos, foram capturadas na manhã desta quarta-feira (14), por uma Força Tarefa integrada pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), Ministério Público Estadual e Secretaria da Fazenda.

Além das prisões, mandados de busca e apreensão também foram cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

Em Salvador, um dos alvos foi localizado no bairro de Cidade Jardim, no edifício Terrazzo Collina. Outra ordem judicial cumprida na capital, ocorreu na região da Contorno, no Porto Trapiche Residence. O proprietário do imóvel às margens da

Baía de Todos os Santos, foi encontrado em Praia do Forte, município de Mata de São João.

Durante buscas em 19 locais, os policiais civis da Dececap, da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) apreenderam cerca de 100 carros, duas lanchas, sete jets skys, 70 mil reais em espécie, computadores, documentos, entre outros itens.

“Solicitamos o sequestro destes bens e recebemos decisão favorável da Justiça”, contou a delegada Nayara Sales Brito, integrante da Dececap e responsável pela inquérito.

Deram apoio nos cumprimentos dos mandados e nas perícias equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin), da Coordenação de Operações Especiais (COE) e do Departamento de Polícia Técnica (DPT).

Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 14/10/2020	Programa: NOTÍCIAS
Assunto: Operação Hydra cumpre 8 mandados de prisão e 19 busca e apreensão aqui em Salvador.	

Data: 14/10/2020

Horário: 06:01:20

Emissora: RÁDIO BAND NEWS FM

Programa: NOTÍCIAS

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Operação Hydra cumpre 8 mandados de prisão e 19 busca e apreensão aqui em Salvador.

Veículo: Rádio Sociedade News FM	
Data: 14/10/2020	Programa: Rotativo News
Assunto: Oito pessoas presas na Operação Hidra, que investiga crime de sonegação fiscal na Bahia.	

Data: 14/10/2020

Horário: 15:55:09

Emissora: RÁDIO SOCIEDADE NEWS FM (102,1 Feira de Santana)

Programa: ROTATIVO NEWS

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Oito pessoas presas na Operação Hidra, que investiga crime de sonegação fiscal na Bahia.

Veículo: Rádio Subaé 1080 AM	
Data: 14/10/2020	Programa: NOTÍCIAS
Assunto: MP-BA, SSP e Sefaz realizam operação de combate à sonegação fiscal na Bahia.	

Data: 14/10/2020

Horário: 08:19:01

Emissora: RÁDIO SUBAÉ 1080 AM FEIRA DE SANTANA

Programa: NOTÍCIAS

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: MP-BA, SSP e **Sefaz** realizam operação de combate à sonegação fiscal na Bahia.

Veículo: Tribuna	Caderno:
Data: 14/10/2020	Página: 2



Fiscalização

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) lança hoje o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária. O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária.

Veículo: Acorda Cidade	
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias



Publicado em 13/10/2020 17h15.

Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0).



Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016.

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Fonte: Governo do Estado

Veículo: Bahia de Valor	
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias

bahiadevalor

Sefaz lança novo sistema e intensifica cobrança de ICMS

Por
REDAÇÃO

13/10/2020



Novo sistema irá ampliar a fiscalização sumária, que em 2019 foi responsável pela recuperação de R\$681,1 milhões

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016.

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização.

“Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias



ICMS: SEFAZ VAI INTENSIFICAR COBRANÇA COM CRUZAMENTO DE DADOS



admin 13 Outubro, 2020

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))
quarta-feira, 14 de outubro de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

SEFAZ USA NOVAS TECNOLOGIAS NA COBRANÇA DE ICMS E RECUPERA R\$681.1 MIL

Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados

Tasso Franco , da redação em Salvador | 13/10/2020 às 18:24



Sistema computadorizados permite melhor cruzamento de dados

Foto: SEFAZ

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em

que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

"A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório. "Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos", acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. "Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal".

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=128674>)

MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

FORÇA TAREFA FAZ OPERAÇÃO CONTRA SONEGAÇÃO FISCAL BAHIA R\$78 MILHÕES

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/12/ministro-inaugura-9-km-da-duplicacao-br-116-entre-feira-e-serrinha,128652,0.html>)

MINISTRO INAUGURA 9 KM DA DUPLICAÇÃO BR-116 ENTRE FEIRA E SERRINHA

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/12/ministro-inaugura-9-km-da-duplicacao-br-116-entre-feira-e-serrinha,128652,0.html>)

Veículo: Site Bahia.Ba	Online
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias



Publicado em 13/10/2020 às 16h29.

Sefaz inicia nesta quarta (14) sistema online de cobrança de impostos

Tecnologia já foi responsável por recuperar R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019 ao identificar inconsistências fiscais dos contribuintes

Redação



A **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização para intensificar a cobrança de impostos com base no cruzamento de dados digitais. A tecnologia já foi responsável por recuperar R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019.

A etapa inicial de operação conta com o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e com o módulo Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0 (PCF). O primeiro permite comunicação bidirecional fisco-contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos, e é integrado à verificação das inconsistências fiscais.

A partir dos indícios gerados, o sistema estimulará a autorregularização via DT-e. Isso permitirá que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem a necessidade de missão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá emissão e monitoramento das ordens de serviço para fiscalização.

Já o módulo PCF coordenará o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações dos contribuintes que tenham sido detectadas pela Malha Fiscal Censitária.

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviços para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, destacou o secretário Manoel Vitorio.

O terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, o PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), deverá entrar em operação nos próximos meses. A ferramenta foca no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco, mas não recolhe o valor devido ao estado. Isso é considerada omissão quando reincidente e crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Veículo: Camaçari Notícias	
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias

CAMAÇARI NOTÍCIAS

ECONOMIA

Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados



Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016.

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Veículo: Site Diga, Salvador	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias



Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados

14 de outubro de 2020

in [Destques Menores](#), [Empresas & Negócios](#), [Últimas Notícias](#)



Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou

tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Veículo: Jornal do Sudoeste	
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias



Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base no cruzamento de dados

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016.

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a

emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da

visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Veículo: Portal RBN	
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias



Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados

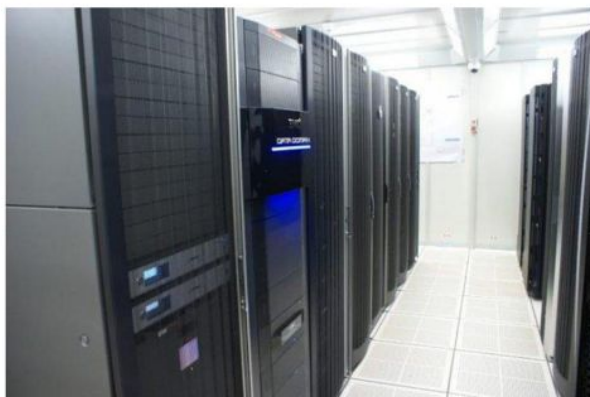


Foto: Divulgação

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016.

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0).

O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento

quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Veículo: Site Rede GN	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias



Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados a partir desta quarta (14)

- [14 de Oct / 2020 às 20h30](#)



Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

"A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. "Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos", acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da

fiscalização. "Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal".

DIGITAL: Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Ascom Sefaz bahia

Veículo: Site Repórter Hoje	Online
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias



Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados

OUT 13, 2020 Redação



Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016.

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio**. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo

acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Veículo: Urandi Online	
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias



Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados



Foto: Divulgação

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016.

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Veículo: Site Visão Cidade	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias



Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados

14 de outubro de 2020 [Visão Cidade](#) 0 comentários

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016.

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.



Foto: Divulgação

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Ascom/Sefaz-BA

Veículo: G1	Justiça
Data: 15/10/20	



Com Auxílio Emergencial, maioria dos estados vê arrecadação de ICMS subir

Benefício estimula o consumo e eleva o ganho de 14 governadores com o principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e G1

15/10/2020 06h00 Atualizado há uma hora

O *Auxílio Emergencial* trouxe um alívio - ao menos momentâneo - para o caixa da maioria dos estados. Com o benefício, responsável por impulsionar o consumo no país nos últimos meses, 14 governadores observaram uma melhora na arrecadação do principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em alguns estados, o ganho de arrecadação com o ICMS nos meses analisados chegou a superar 10% na comparação com o mesmo período de 2019, mostra um levantamento realizado pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

Paraná registrou em setembro aumento da arrecadação do ICMS. De tudo o que é arrecadado diretamente pelos estados, o ICMS é responsável por cerca de 80%.

O estudo compara os dados de julho e agosto deste ano com o mesmo período de 2019. Os números já foram corrigidos pela inflação e abrangem os meses em que reabertura da economia começou a ser mais intensa em todo o país.

Embora o país enfrente dificuldades econômicas por causa da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, o Auxílio Emergencial deu

um fôlego para o orçamento dos brasileiros, sobretudo os de menor renda, e se traduziu em aumento de consumo.

*O impacto do auxílio tem ficado evidente nos indicadores do país. Em agosto, por exemplo, **as vendas do varejo cresceram pelo quarto mês seguido** e já eliminaram as perdas com a pandemia, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*

Vendas no varejo avançam 3,4% em agosto

Até o fim do ano, a União deve desembolsar R\$ 322 bilhões com o benefício.

"As pessoas com menor poder aquisitivo têm uma propensão menor a poupar. Ou seja, elas recebem e já vão ao consumo", afirma o presidente da Febrafite, Rodrigo Spada. "E isso impacta a arrecadação do ICMS", diz.

- **Maioria dos beneficiários usa auxílio emergencial para comprar comida, diz Datafolha**
- **Sem auxílio emergencial, cerca de 6,6 milhões de domicílios teriam renda mensal per capita de R\$ 12, diz IBGE**

Os maiores aumentos de arrecadação do tributo foram observados nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Proporcionalmente, a população dessas regiões foram as mais beneficiadas pela distribuição do Auxílio Emergencial.

"Os estados de Norte e Nordeste também são os mais impactados porque a economia lá é menor. E porque, proporcionalmente, as famílias de baixa renda estão em maior proporção nesses estados", diz Spada.

Na análise individual dos estados, a maior alta com o ICMS ocorreu em Roraima, um avanço de 17,38%. Na sequência apareceram Mato Grosso (12,68%) e Pará (12,55%). Os piores desempenhos foram observados no Acre (-23,91%), Piauí (-8,95%) e Rio Grande do Norte (-6,9%).

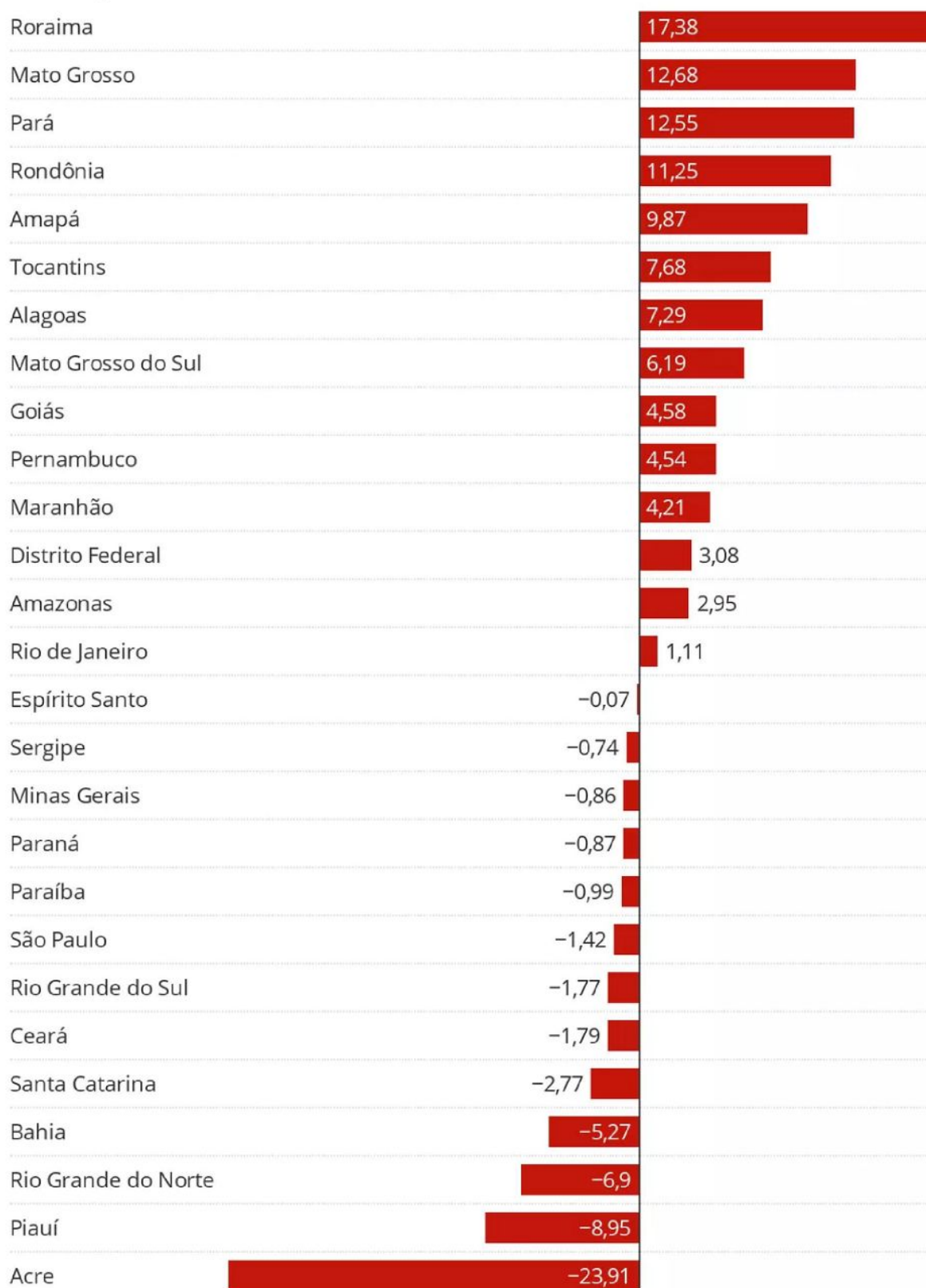
No total, entre julho e agosto, os 26 estados e o Distrito Federal arrecadaram R\$ 85,5 bilhões com ICMS, acima dos R\$ 83,3 bilhões arrecadados no mesmo período do ano passado.

Além de cada estado ter uma dependência diferente do auxílio na economia local, fatores como incidência da doença, grau de isolamento social e nível de sonegação ajudam a explicar a diferença na variação de arrecadação do ICMS, segundo os pesquisadores.

"O Auxílio Emergencial permitiu um alívio da situação e que os números de arrecadação dos estados não fossem piores", afirma Juliana Damasceno, pesquisadora do Ibre.

Arrecadação do ICMS

Desempenho dos estados entre julho e agosto deste ano na comparação com o mesmo período de 2019; dados em %



Fonte: Febrafite e Ibre/FGV

Nos estados do Centro-Oeste, o bom desempenho do agronegócio, com o aumento da renda do campo e o impacto na economia local, também contribuiu para a melhora do ICMS.

Fôlego curto

O alívio no caixa dos estados, porém, deve ser momentâneo. A redução do valor do Auxílio Emergencial – de R\$ 600 para R\$ 300 – e a incerteza se o governo federal vai seguir com um programa similar no ano que vem devem provocar um efeito negativo na arrecadação.

Sem o Auxílio Emergencial e com o elevado desemprego, os analistas avaliam que o consumo deve perder força ao longo dos próximos meses, o que vai impactar o ICMS.

"A partir de agora, a preocupação que todos os estados têm é justamente qual é a capacidade de a economia voar sem precisar desse estímulo de consumo, que o Auxílio Emergencial representou", afirma Juliana.

*Antes da pandemia, os estados já enfrentavam uma situação bastante difícil nas finanças públicas. E, para dar conta de enfrentar a crise sanitária, **os governadores interromperam o processo de ajuste fiscal**, renegociaram a dívida com a União e receberam recursos adicionais do governo federal.*

Sem o impulso arrecadatário provocado pelo Auxílio Emergencial, a dúvida entre os especialistas é como os estados vão encontrar recursos para financiar serviços público num período de extrema necessidade.

"Os efeitos da pandemia não são apenas sanitários, são sociais, e não vão se encerrar em dezembro deste ano", diz Juliana. "O que a gente consegue identificar é que algumas necessidades vão continuar existindo e precisarão ser assistidas em 2021 e até por outros anos, dependendo da recuperação da economia."

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 15/10/2020	Página: A2

A TARDE

Comércio em alta

O mês de agosto revelou um crescimento no caminho de 10% no faturamento – precisos 9,7% em relação ao mesmo mês de 2019. O dado animador saiu dos estudos da Federação do Comércio (Fecomércio), com base na Pesquisa Mensal do IBGE, ao calcular R\$ 8,9 bilhões no mês 8 do ano. É a segunda alta consecutiva deste instável 2020, cuja retração, somando-se os vamos e venhamos, ainda é de 12,5%.

– Com a adaptação da rotina das famílias em meio à pandemia, com mais tempo em casa, veio a busca por produtos de cozinha, informática, artigos de escritório e por materiais de construção para realização de pequenas reformas – explica o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze.

Veículo: Correio*

Data: 15/10/2020

Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● **Algumas pessoas ainda gostam de se iludir. Cada um defende seu demagogo de estimação e no fim trocam o embate ideológico sadio pela camaradagem do 'livra todo mundo'**

Dayane Pimentel

Deputada federal pelo PSL da Bahia, ao afirmar no Twitter que "criticar comunista virou apenas cortina de fumaça"

Túneis do futuro

A prefeitura deu o primeiro passo em um projeto para ligar as estações do metrô na Lapa e no Campo da Pólvora à Barroquinha e ao Comércio, por meio de túneis subterrâneos equipados com esteiras rolantes semelhantes às que já são usadas em grandes aeroportos nacionais e estrangeiros. Ontem, a Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas de Salvador (Seinfra) abriu licitação para contratar a empresa de engenharia que ficará encarregada de elaborar o estudo de viabilidade técnica e o anteprojeto das duas novas ligações. Segundo informações divulgadas no edital, a proposta prevê a construção de uma passagem entre o Campo da Pólvora e o pé da Ladeira da Montanha. A outra conectaria diretamente a Lapa e o Terminal da Barroquinha.

DE BAIXO PRA CIMA

Entre as alternativas cogitadas pela prefeitura, está também a construção de acessos por escadas rolantes para outras áreas do Centro Histórico a partir dos túneis. Em especial, nos arredores do Terreiro de Jesus.

Impulso na revitalização

As ligações subterrâneas fazem parte dos planos da prefeitura para reativar a atividade econômica na Barroquinha, afetada pela redução do movimento e das linhas de ônibus, e consolidar o processo de revitalização do Comércio. Estudos técnicos já apontaram as dificuldades de transporte público, o trânsito intenso e a escassez de estacionamentos como grandes entraves para revigorar o coração cultural, histórico, turístico e empresarial da Cidade Baixa. A partir da ligação direta com o metrô, aposta-se no aumento do fluxo de pessoas, além da consequente redução de carros e ônibus na região.

Conta a favor

Análises preliminares realizadas por engenheiros da prefeitura indicaram a alta viabilidade de construir as duas passagens. A distância curta de cada ligação, inferior a 500 metros, e os atuais métodos para perfuração de túneis, que utilizam os equipamentos conhecidos como "tatus" e dispensam explosivos, permitem realizar a obra com maior rapidez e menor custo. Ao mesmo tempo, a instalação de esteiras rolantes sai mais em conta e causa menos impacto urbano ou ambiental que veículos tradicionais de transporte de massa.

Só love

A perícia feita pela Polícia Federal em celulares apreendidos durante a Operação Faroeste revelou troca de mensagens com declarações de amor entre dois magistrados denunciados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) por envolvimento no esquema de grilagem e venda de sentenças no Judiciário baiano. O conteúdo inclui ainda promessa de blindagem em sindicâncias e processos administrativos disciplinares movidos contra um deles e garantia de apoio para indicação a uma vaga de juiz no Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Dever de casa

Na primeira eleição municipal à frente da presidência nacional do DEM, o prefeito ACM Neto definiu como meta pessoal ampliar a base de prefeitos da sigla no país. Em especial, nas capitais, grandes e médias cidades.

BAHIA

‘Em breve, irão contaminar os idosos’, diz secretário

CRIANÇAS A ocupação de leitos pediátricos exclusivos de covid-19, dedicados a crianças e jovens, tem crescido na Bahia. Atualmente, o estado está com taxa de 74% de ocupação das UTIs nesta categoria. Na capital, a taxa de ocupação dos leitos pediátricos de UTI segue a mesma tendência, com 74%, e a de enfermaria com 59%, segundo dados do painel epidemiológico municipal de ontem.

O secretário estadual de saúde, Fábio Vilas-Boas, alertou que o fenômeno pode ter ligação com o relaxamento nos cuidados contra a doença, sobretudo entre pessoas de 20 a 40 anos, que também vêm registrando aumento de casos confirmados.

“Estamos observando ao longo das últimas semanas um aumento de ocupação nas UTIs e enfermarias pediátricas em todo o estado. Isso vem acontecendo paralelamente à mudança de faixa etária das pessoas que vêm sendo contaminadas. Hoje, nós temos um grande contingente de pessoas contaminadas entre 20 e 40 anos de idade, são exatamente essas pessoas que estão em praças, bares, paredões políticos e festas nos finais de semana”, disse.

Para ele, essa é uma demonstração clara de que tem acontecido uma ‘flexibilização indevida’ entre essa faixa etária adulta, o que poderia explicar, em parte, a ocorrência do aumento do



A Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) acredita que o crescimento de casos pode estar relacionado aos comícios e passeatas políticas no interior

acometimento do público infante-juvenil. “Em breve, irão contaminar, de novo, os idosos”, declarou.

A Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) acredita que o crescimento de casos pode estar relacionado aos comícios e passeatas políticas no interior. “Já na capital, o risco são as festas com paredões. Também temos observado uma tendência de aumento de pacientes internados nos hospitais privados de Salvador, similar à fase inicial da pandemia, em março”, informou a pasta.

Desde a semana passada, em 8 de outubro, a taxa das

UTIs já vinha em 74% e as enfermarias pediátricas em 62%. O Instituto Couto Maia, unidade de referência para casos graves da covid-19, estava com ocupação máxima das vagas destinadas para crianças e jovens, com pessoas internadas em suas dez vagas. Procurada na ocasião, a Sesab informou que o estado possui, ao todo, entre UTIs e enfermarias, 70 leitos pediátricos, sendo que deste total 31 são UTIs. Quando consideradas só as UTIs, qualquer variação de apenas três pacientes tem a capacidade de oscilar 10 pontos percentuais para cima ou pa-

Temos visto aumento de internações nos hospitais privados de Salvador similar ao mês de março Fábio Vilas-Boas

Secretário estadual de Saúde (no foto ao lado)

ra baixo, explicou o órgão.

O prefeito ACM Neto também demonstrou preocupação com o índice de ocupação das UTIs pediátricas em Salvador e afirmou anteriormente que a situação pode atrasar o plano de retomada das aulas na rede municipal.

“Todo movimento de aumento de casos representa um alerta para a Prefeitura. Vamos aguardar pra ver se o aumento é momentâneo ou se é algo permanente. Mas é claro que tudo isso tem influência direta nas conversas para o retorno às aulas”, disse.

LEIA MAIS SOBRE SÍNDROME RARA POS-COVID NA P.19

Veículo: Correio*	
Data: 15/10/2020	Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

ABERTO NOVO EDITAL PARA GESTÃO DO HOSPITAL ESPANHOL

CONTRATO O governo da Bahia anunciou que vai abrir um edital para selecionar uma nova empresa que assuma o comando da administração do Hospital Espanhol, em Salvador. A unidade, que estava fechada desde 2014, reabriu as portas em abril, para atuar como hospital exclusivo para pacientes de covid-19. Com capacidade para 220 leitos, o prédio foi reformado. Hoje, a unidade é gerida pelo Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), mas o contrato vence este mês. Embora a Justiça Federal tenha autorizado um termo aditivo no contrato, o governo optou por abrir o chamamento público para escolher outra empresa.

ECONOMIA

Caixa reduz juros para compra da casa própria

6,25% AO ANO A Caixa Econômica Federal anunciou ontem novas medidas para estimular a concessão de crédito imobiliário. Entre elas está a redução em 0,50 ponto porcentual dos juros nos empréstimos que têm recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e são indexados à taxa referencial (TR). Nesses casos, a taxa mínima caiu para TR mais 6,25% ao ano, enquanto a máxima ficou em TR mais 8% ao ano. A redução vale a partir do dia 22 deste mês.

O banco também vai prorrogar até o fim do ano a possibilidade de carência para início do pagamento das parcelas de novos contratos imobiliários.

Na aquisição de imóveis novos, para os

clientes pessoas físicas, o pagamento do encargo mensal (composto de juros e amortização) incidirá após seis meses da contratação. Nesse período, serão cobrados seguros e taxa de administração do contrato. A Caixa estima alcançar mais de 30 mil clientes até dezembro com essa medida.

Outro anúncio foi a permissão para o pagamento parcial da prestação para mutuários que, em função dos efeitos gerados pela pandemia do novo coronavírus na economia, apresentarem dificuldade para retomar o pagamento integral da prestação habitacional.

Nesse caso, conforme o perfil, o cliente poderá pagar 75% da prestação, por até seis meses, ou entre 50% e 75% da prestação, por até três meses. Com essa medida, a Caixa entende que deve atingir mais de 620 mil

clientes. Em outra investida, o banco informou que promoverá feira online da casa própria e oferecerá a partir do próximo dia 19 crédito habitacional 100% digital.

A Caixa atingiu em outubro a marca histórica de R\$ 500 bilhões em crédito habitacional. Pelos números do banco, o saldo da carteira de crédito habitacional cresceu 13,4% desde janeiro de 2019, quando totalizava R\$ 441 bilhões.

De acordo com o banco público, desde o início do ano passado foram concedidos R\$ 172 bilhões em crédito imobiliário, envolvendo 887 mil famílias e 2,8 milhões de pessoas.

No mesmo período, foram contratados 3,6 mil empreendimentos para a produção de 450 mil novas unidades habitacionais, gerando 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos.

O banco informou que promoverá feira online da casa própria e oferecerá crédito habitacional 100% digital

Inflação para os muito pobres é três vezes maior que para quem é rico

ESTUDO A taxa de inflação de famílias com renda muito mais baixa chegou a 0,98% em setembro deste ano, três vezes superior à observada entre a classe com renda alta (0,29%). A constatação é do Indicador de Inflação por Faixa de Renda do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado

ontem.

As famílias com renda muito baixa são aquelas com rendimento domiciliar mensal inferior a R\$ 1.650,00. Já as famílias com renda alta são aquelas com renda superior a R\$ 16.509,66 por mês.

A pesquisa do Ipea constatou que a inflação aumentou, de agosto para setem-

bro, em todas as faixas de renda. Ela foi maior entre as pessoas com renda muito baixa, principalmente por causa da alta de preços dos alimentos, que responderam por 75% da taxa de inflação do mês passado. Tiveram aumento de preços no mês, produtos como arroz (18%), óleo (28%) e leite (6%).

ECONOMIA

Na Bahia, setor de serviço cresce 3% diz o IBGE

LONGE DA RECUPERAÇÃO O volume do setor de serviços - o que mais emprega na Bahia - cresceu 3% entre os meses de agosto e julho no estado, na série com ajuste sazonal. Na passagem de junho para julho foi observada uma queda de 0,7%. Nessa comparação, de base mensal, foi um resultado bem próximo ao nacional - 2,9% - e o melhor para um mês de agosto (empatado com o verificado em 2011) desde o início da série da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE.

Apesar disso, o setor está longe de mostrar recuperação em relação às perdas causadas pela pandemia. Os serviços baianos seguem acumulando forte retração desde que se iniciou o isolamento social para combater a covid-19. Nos seis meses entre março e agosto,

22,3%
é a queda acumulada no volume do setor de serviços entre março e agosto frente ao mesmo período de 2019

o setor acumula queda de 22,3% no estado.

De julho para agosto, o desempenho dos serviços na Bahia (3,0%) seguiu o movimento de resultados positivos verificados em 21 das 27 unidades da Federação. Amapá (7,0%), Acre (6,2%) e Minas Gerais (5,8%) tiveram as maiores altas, enquanto Tocantins (-5,5%), Roraima (-3,2%) e Mato Grosso (-2,7%) mostraram as quedas mais intensas.

Na comparação com agosto de 2019, o setor de serviços baiano tem queda de 23,4%. Nesta base de comparação, foi o pior resultado entre os estados, empatado com o de Alagoas (-23,4%), e estando muito abaixo da média nacional (-10,0%). Em termos de comparação anual, é a maior queda para um mês de agosto na Bahia desde o início da série histórica da PMS, em 2011. Quase todos os estados tiveram

queda nos serviços frente a agosto do ano passado, com exceção de Rondônia, onde houve estabilidade (0,0%).

Mantendo-se apenas com resultados negativos neste ano, frente aos mesmos períodos de 2019, o setor de serviços na Bahia acumula recuo de -18,6% de janeiro a agosto, frente ao mesmo período de 2019. Até o momento, 2020 é o pior ano para os serviços no estado desde o início da PMS. Nesse indicador, o desempenho baiano continua o segundo pior dentre as 27 unidades da Federação, à frente apenas de Alagoas (-19,6%). No país como um todo, os serviços acumulam queda de 9,0% no ano de 2020, com resultado positivo apenas em Rondônia (3,5%). Nos 12 meses encerrados em agosto, os serviços baianos também seguem em baixa (-13,4%). Um desempenho inferior ao nacional (-5,3%).

RICARDO ELETRO DEVE R\$ 4 BILHÕES

RECUPERAÇÃO JUDICIAL A varejista Ricardo Eletro, que pertence ao grupo Máquina de Vendas, apresentou, na noite de terça-feira, a minuta do seu plano de recuperação judicial, a maior já realizada no setor de varejo. Com dívidas de cerca de R\$ 4 bilhões e pouco menos de 20 mil credores, a empresa fechou 400 lojas e "está endereçando o negócio para ser uma plataforma digital", diz Salvatore Milanese, sócio-fundador da Pantalica Partners, assessoria financeira da empresa.

AÇÃO DA MAGALU PERDE VALOR

APÓS ALTA RECORDE Um dia após bater o recorde de R\$ 104, as ações da Magazine Luiza registraram queda de 1,58% ontem na Bolsa de Valores. Logo após a abertura do pregão, às 10h, o papel valia R\$ 26,50 e, ao longo do dia, foi diminuindo até bater em R\$ 25,16 (menor cotação). Durante a tarde houve uma ligeira recuperação no valor e, no final do dia, voltou a subir atingindo R\$ 25,59, mas mesmo assim não conseguiu reverter a queda em relação a terça.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O Brasil ainda está na pior crise econômica da sua história, e a saída do dilema fiscal nem está esboçada. O temor das contas públicas pode estimular a inflação mesmo num quadro recessivo. Os bancos e as consultorias estão diminuindo a projeção de recessão este ano. Há dados surpreendendo positivamente, outros que confirmam a expectativa. Mesmo no melhor cenário, é uma recessão forte e a volta está se dando de forma desigual e incerta. O que a atenuou foi o auxílio emergencial que não é sustentável.

Ontem foram divulgados os números de atividade do setor de serviços em agosto e repete-se o mesmo quadro de dupla temperatura. Cresce 2,9% em relação julho, cai 10% em relação a agosto do ano passado. O segmento que mais subiu, serviços prestados à família, com alta de 11,4%, foi também o que mais caiu em relação a agosto do ano passado, com queda de 43,8%. Não está fácil entender o que está acontecendo na economia. A incerteza volta a aumentar com notícias como a de ontem, de Portugal entrando em novo estado de calamidade e Paris em novo toque de recolher.

O economista Armando Cas-

telar, coordenador da área de Economia Aplicada do Ibre/FGV, define o que estamos vivendo como um "novo não normal":

— Acho que a pandemia vai ficar como está nos próximos 12 meses, até ter vacina testada, provada e aplicada em todo mundo. Vamos viver esse clima dos últimos meses no qual (a pandemia) não está explodindo, mas não vai embora. Esse novo "não normal" mostra vendas de comércio recuperando bastante pela internet, com menos gente nos shoppings. Em São Paulo, tem gente vendendo imóvel pela internet, incorporadoras fazem filme, e o comprador fecha negócio sem visitar.

O economista Vitor Vidal, da XP Investimentos, diz que nos últimos dois meses o comércio surpreendeu positivamente, a indústria, também, mas em me-

nor intensidade. Os serviços vieram dentro do esperado, com uma recuperação mais lenta e gradual. A XP projeta recessão de 4,8% do PIB em 2020 e alta de 3% no ano que vem, mas deve divulgar hoje números um pouco melhores para os dois anos. Vidal lembra que tudo dependerá da evolução da pandemia no país e de como o governo vai resolver as disputas internas sobre o financiamento do novo programa social.

— Os serviços só vão recuperar mais fortemente quando a pandemia permitir uma reabertura maior da economia. É um setor com pequenos negócios e que emprega muito. Mas é difícil que o dono de um bar da esquina volte a contratar sem ter a certeza de que terá uma clientela firme. O que vai determinar isso vai ser a pandemia — explicou.

O cenário positivo, para Vitor Vidal, é de que em janeiro, quando o auxílio emergencial chegar ao fim, a pandemia já esteja mais controlada e permita uma recuperação mais forte desse setor. Com isso, a perda da renda das famílias seria compensada por uma recuperação mais forte dos pequenos negócios. Outra boa notícia, na visão do economista, é a construção civil, que está com saldo positivo este ano pelo Caged e pode continuar empurrando o PIB em 2021.

Analisada em partes, a economia brasileira tem algumas boas notícias, mas são ilhas num mar de incerteza. O cenário da recuperação no ano que vem só se confirma se não houver uma nova onda de aumento da contaminação e das mortes. Armando Castelar diz que a projeção do PIB deste ano oscila ainda

entre uma recessão de 4,5% a 5,5%. E uma alta em torno de 2,5% em 2021.

— Sobre a inflação, eu estou mais preocupado do que estava antes. Os índices de atacado estão altos. A situação fiscal está dando medo e muita gente pode se antecipar e reajustar preços. Mesmo com recessão, a incerteza fiscal pode levar ao aumento de preços. O real está desvalorizado e perdeu muito mais este ano em relação a outras moedas emergentes. O fiscal é o grande problema. A dívida está altíssima, tirar a âncora do teto de gastos é suicídio — diz Castelar.

Mesmo no melhor cenário, o que se terá quando esta crise acabar é um país mais pobre, com grande queda do PIB per capita, e um governo muito mais endividado. O Ministério da Economia ainda não tem um plano para a saída da crise e para fortalecer as finanças públicas. Até agora, o que houve foi briga entre ministros sobre a estratégia de recuperação, algumas ideias lançadas como balão de ensaio e projetos enviados a conta-gotas ao Congresso.

Analisada em partes, a economia brasileira tem algumas boas notícias, mas são ilhas num mar de incerteza

Veículo: Estadão	
Data: .15.10.2020	Caderno: Economia



Ao lado de Guedes, Maia defende acabar com incentivos tributários

Ministro da Economia disse que a medida seria 'ideal', mas corre o risco de quebrar importantes parques industriais do País, como a Zona Franca de Manaus

Idiana Tomazelli e Francisco Carlos de Assis, O Estado de S.Paulo

14 de outubro de 2020 | 22h25

BRASÍLIA E SÃO PAULO - Diante das resistências de empresários em avançar com a **reforma tributária**, o presidente da **Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, propôs o fim de todos os subsídios, engrossando a fileira puxada pelo senador **Renan Calheiros (MDB-AL)**, que defendeu a medida **em jantar na semana passada** com a presença do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, e que teve como anfitrião o ministro do **Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas**.

Maia deu a sugestão durante o **10º Seminário de Administração Pública e Economia, promovido pelo IDP**. Guedes, que também

participou do evento online, disse que a medida seria "ideal", mas citou a **Zona Franca de Manaus** (cujos incentivos se aproximam de R\$ 25 bilhões ao ano) e alertou que o fim dos incentivos "quebraria" o parque industrial. O ministro então respondeu que "não precisa mexer no passado" e defendeu apostar as energias para criar "um futuro diferente".

"Vai tirar hoje, levar para zero, vai quebrar a Zona Franca de Manaus. Tudo bem, mas não deixa crescer isso. Daqui para frente, vamos trabalhar com um futuro diferente. Se os americanos conseguiram transformar deserto de **Nevada, Las Vegas**, virou capital mundial do entretenimento, vamos transformar Manaus na capital mundial de economia sustentável, biofármacos", acrescentou Guedes.

Em 2019, o governo concedeu R\$ 348,3 bilhões em subsídios, o equivalente a 4,8% do **PIB**. Embora o **Congresso** já tenha previsto dispositivos cobrando revisão nesses incentivos, até hoje a equipe econômica não encaminhou um plano de reavaliação desses benefícios.

"Muitos empresários sempre ficam defendendo **reforma da Previdência e reforma administrativa**, certamente porque não fazem parte delas. Nessas reformas é o servidor público e o trabalhador que contribuem. E (os empresários) sempre falam 'vamos deixar a tributária para o final'", criticou Maia, que defende a aprovação da PEC 45, que unifica tributos sobre consumo e revê boa parte dos benefícios.

"É óbvio que o sistema tributário brasileiro é complexo e tem muitas distorções a favor de alguns setores e contra outros setores. Pelo menos, se empresários os vão pressionar desse jeito, a gente podia avançar com a administrativa e propor fim de todos os incentivos tributários. Seria uma boa contribuição dos empresários brasileiros que recebem incentivos na sua maior parte de forma distorcida e com

pouco benefícios para a sociedade", acrescentou o presidente da Câmara.

O ministro Paulo Guedes reconheceu que o **Orçamento** público "é capturado por grupos de interesse" e disse que, por isso, apesar de "aparente desentendimento" recente com Maia, os dois têm muitas convergências de pensamento e agenda.

Guedes passou então a citar reforma administrativa, proposta do governo para criar um novo regime de contratação de servidores sem mexer nas carreiras atuais. "Não precisa mexer no passado, mas não repete, simplesmente não se limite a repetir o passado. Traça um futuro diferente", disse.

O ministro defendeu ainda a necessidade de atrair empresas digitais ou de energia limpa para a **Amazônia** para evitar "transformar **Manaus** em **São Paulo**, um centro industrial com cinturão de miséria e pobreza em volta". Ele argumentou ainda que, para isso, o Congresso precisa assumir a responsabilidade de "tirar de A para dar a B", ou seja, tomar as rédeas do **Orçamento** por meio da aprovação do **pacto federativo**, proposta que pretende descarimbar uma série de recursos públicos. Para o ministro, o pacto federativo e a reforma tributária são indissociáveis.

Ajuste fiscal é aprovado, após derrotas e recuos

Deputados rejeitaram cortes de verba das universidades e da Fapesp e mantiveram quatro empresas estaduais

Por **Cristiane Agostine** — De São Paulo

15/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), aprovou na madrugada de quarta-feira o projeto de ajuste fiscal e reforma administrativa do Estado, depois de uma série de derrotas na Assembleia Legislativa, impostas inclusive pela base de apoio. A proposta retira isenções de ICMS e extingue órgãos estaduais e cargos públicos. O projeto é alvo de ataques até mesmo de aliados de Doria, que criticam a possibilidade de aumento de impostos e temem o desgaste de candidatos no período eleitoral.

O texto-base foi aprovado por 48 votos a favor e 37 contrários. A proposta foi enviada em agosto e, apesar da pressão do governo, só foi aprovada dois meses depois. Doria cedeu e tirou do texto-base parte das propostas polêmicas, como a retirada de recursos de universidades estaduais paulistas e da Fapesp, e a extinção de quatro das dez empresas estatais previstas no projeto de lei 529. Esses itens foram votados como destaques na noite de ontem.

Os parlamentares decidiram manter a Furp (fundação de remédio popular), a Fundação Oncocentro, o Itesp (Fundação Instituto de Terras) e o Imesc (Instituto de Medicina Social e de Criminologia) - que no projeto enviado pelo governo seriam extintas. Os deputados rejeitaram a retirada de recursos da Fapesp e universidades.



Ads by Teads

O projeto autoriza a redução dos benefícios fiscais relacionados ao ICMS e equipara a benefício fiscal toda alíquota inferior a 18%. Na avaliação de parlamentares, essa medida poderá atingir medicamentos e itens da cesta básica, que têm alíquota abaixo de 18%.

Ao defender o projeto, o governador disse que o pacote de ajuste fiscal ajudaria a cobrir parte do déficit de R\$ 10,4 bilhões no Orçamento estadual de 2021.

As críticas ao projeto uniram partidos como PT, Novo, PTB e PSL, sobretudo em relação ao corte de empresas estatais como a CDHU (de habitação), a EMTU (transporte metropolitano) e o Instituto Florestal, e à possibilidade de aumento de impostos.

O projeto entrou no debate eleitoral e tem sido explorado por adversários do governador e do candidato tucano na capital paulista, o prefeito Bruno Covas, que tenta um novo mandato. Candidato do Republicanos, Celso Russomanno, por exemplo, disse que Doria quer "aumentar impostos disfarçadamente". O partido de Russomanno, no entanto, votou a favor da proposta - com exceção da deputada Edna Macedo. Os deputados estaduais Marina Helou (Rede) e Arthur do Val (Patriota), também candidatos à prefeitura da capital, votaram contra o projeto.

Arrecadação reage em setembro e tem alta real de 1,7%

Queda no ano ainda é forte e acumula 11,7%

Por **Fabio Graner** — De Brasília

15/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A arrecadação de impostos e contribuições subiu 1,7% acima da inflação no mês passado em relação a igual mês de 2019, segundo estimativa dos pesquisadores Matheus Rosa Ribeiro e Juliana Damasceno, da Fundação Getulio Vargas (FGV), baseada nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal e antecipada ao **Valor**. Em valores nominais, os ingressos nos cofres federais somaram R\$ 119,5 bilhões.

Apesar da melhora, no acumulado do ano as receitas tributárias ainda têm um tombo expressivo: 11,7%, incluindo o efeito da inflação. Os ingressos no caixa do governo totalizaram R\$ 1,026 trilhão de janeiro a setembro.

O principal motivo para a queda neste ano é a pandemia da covid-19. Ela causou paralisação de atividades, devido às medidas de distanciamento social. Além disso, outras medidas adotadas pelo governo, como a permissão para o adiamento no recolhimento de tributos, impactaram a receita.

Em agosto, os dados mostraram o primeiro crescimento mensal na arrecadação. O movimento foi provocado principalmente pelo recolhimento em dobro de tributos por parte daqueles que resolveram aproveitar o benefício do governo para ter um fôlego de caixa.

O resultado de setembro, porém, não tem esse efeito. Por isso, o dado se mostra mais positivo, juntando-se a outros sinais de retomada do crescimento econômico, como as vendas recordes no varejo, a alta da indústria e o crescimento, ainda modesto, do setor de serviços.

Nos números do mês passado, o grande movimento de alta na arrecadação ocorreu no IRPJ e CSLL das empresas, com altas de 28,6% e 18%, respectivamente. Matheus Ribeiro disse que os números do Siafi não trazem elementos suficientes para explicar esse movimento dos dois tributos sobre o lucro das empresas. Segundo ele, isso pode ter sido por questões pontuais, como algum ajuste patrimonial ou recolhimento de atrasados não relacionados ao diferimento permitido na pandemia.

Nos impostos sobre consumo, a Cofins e o PIS tiveram crescimentos mais moderados, com alta de 0,6% no primeiro e 4,3% no segundo, lembrando que Cofins arrecadou quatro vezes mais que o PIS no mês passado.

Outro tributo importante, o IPI subiu 13,1% em setembro, ante igual período do ano passado e descontando a inflação. Ribeiro, porém, alertou para o comportamento misto deste tributo, que teve altas em bebidas, importação e outros, mas queda de 28,1% no de automóveis.

Na avaliação do economista, os dados do mês passado de forma geral são positivos, mas ainda não se pode falar em tendência com apenas números bons em agosto e setembro. "Ainda é cedo para falar em tendência de alta, mas é boa notícia."



Por Jorge Arbache

É vice-presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimen... [ver mais](#)

Crédito e recuperação econômica

A recuperação econômica estará condicionada ao controle da pandemia e ao apoio ao emprego e renda

15/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

As crises financeiras “convencionais” recentes têm se caracterizado por períodos relativamente longos de crescimento econômico acompanhados de rápida expansão do crédito e do endividamento e sobrevalorização de ativos. A euforia termina normalmente com o surgimento de algum choque exógeno que aumenta as incertezas, desvaloriza ativos, eleva a morosidade das carteiras dos bancos e paralisa o crédito. Algo assim se passou em países da América Latina quando da eclosão da crise financeira de 2008 em meio ao boom das commodities.

A crise atual, porém, tem características distintas, já que muitas economias da região já vinham desacelerando muito antes da pandemia - em alguns casos, desde 2014. Além disso, diferentemente da anterior, a crise atual é verdadeiramente global, não teve origem no setor bancário, o seu fim depende dos desdobramentos de temas nada convencionais, como a dinâmica da pandemia e a disponibilidade e eficácia das vacinas e, desta vez, já não há uma locomotiva tracionando a economia dos países emergentes, como foi o então caso da China na crise passada.

A recuperação econômica estará condicionada ao controle da pandemia e ao apoio ao emprego e renda



Ads by Teads

Diante disso, muitos governos da região implementaram ambiciosos programas de liquidez e estímulo às empresas, incluindo flexibilização de provisões e de encaixes compulsórios dos bancos, garantias parciais de crédito, apoio temporário para pagamentos de folhas salariais e moratórias de obrigações financeiras e impostos, o que daria alívio e fôlego até a suposta fase de reativação econômica.

O problema é que, ainda que as economias da região cresçam algo no próximo ano, é provável que as incertezas ainda persistirão nos mercados, a pandemia ainda será tema preocupante e a reativação econômica será lenta. Nesse contexto, é razoável esperar que muitas empresas tenham mais problemas financeiros e que aqueles problemas se complicarão ainda mais quando os diferimentos de dívidas finalizarem e as empresas e outros devedores se virem confrontados com aumentos de pagamentos num ambiente ainda desafiador, levando ao aumento da morosidade e da inadimplência.

Tal como tem enfatizado Carmen Reinhart, economista chefe do Banco Mundial, é possível que esteja em formação uma “crise silenciosa” associada às dificuldades de diferenciar empresas ilíquidas de empresas potencialmente insolventes. A moratória de dívidas de um lado, e a ampliação de atividades financeiras de empresas por meio do setor não bancário de outro levam à perda do “pulso” dos devedores, ou seja, de informações valiosas sobre as condições financeiras e operacionais

daqueles devedores, o que adiciona às dificuldades já existentes de identificação de riscos e avaliação da qualidade das carteiras dos bancos.

Embora os sistemas financeiros da região tenham se fortalecido bastante nos últimos anos e muitos bancos tenham se precavido e feito voluntariamente aumentos de provisões em face da crise, o fato é que os bancos são tão fortes quanto os seus clientes, os seus colchões de segurança e a qualidade da regulação bancária.

A história das crises sugere que um fator determinante para a recuperação econômica é a gestão adequada do crédito. Não parece exagero supor que a ampliação do crédito será especialmente lenta na atual crise, o que requererá ação prudente, porém ativa por parte dos reguladores e do governo diante das condições e necessidades das economias.

O que fazer? Por suposto, não haveria um conjunto único de recomendações, já que medidas dependem das condições específicas de cada país, incluindo estágio da crise sanitária, estágio do desenvolvimento do sistema financeiro e espaço fiscal. Porém, vale salientar algumas notas gerais.

Uma primeira recomendação é procurar não confundir efeitos rebote típicos de períodos pós-colapso com recuperações econômicas firmes. Afinal, um risco conhecido é retirar estímulos prematuramente, o que pode retroalimentar a crise. O contrário também se aplica, qual seja, estender estímulos para além do necessário, fragilizando balanços fiscais e dos bancos e gerando ineficiências. O tema é um desafio que requer elementos inovadores de análise econômica e muita coordenação.

Uma segunda recomendação é fortalecer e garantir a autonomia e independência dos reguladores do sistema financeiro e dos fundos de pensão de forma a trazer mais segurança aos agentes econômicos e ancorar expectativas, temas fundamentais para a gestão de crises financeiras.

Uma terceira recomendação são medidas que ajudem a “limpar” os balanços dos bancos, abrindo espaços e capacidade para que possam conceder créditos novos, dentro da prudência necessária. Para isto, poderá ser preciso acelerar o

reconhecimento de perdas esperadas e trabalhar desde logo em planos de recapitalização dos bancos. Também poderão ser necessários compras e trocas de carteiras de bancos e programas de titularização de dívidas.

Uma quarta recomendação inclui visitar temas como o fortalecimento dos fundos de seguro de depósitos bancários, que se encontram em distintos estágios de desenvolvimento na região, o desenvolvimento e adoção de métodos inovadores de identificação de riscos de crédito em contextos complexos como o atual, o aumento da oferta de produtos financeiros inovadores e o estímulo à competição no mercado de crédito.

Por fim, há que se ter em conta que por mais que a gestão do crédito venha a ser oportuna e adequada, a recuperação econômica estará condicionada ao controle da pandemia e à medidas que apoiem o emprego e a renda.

Jorge Arbache é vice-presidente de setor privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF e escreve mensalmente às quintas feiras neste espaço

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

As estradas pediram inovação. E o caminhão mais inovador do Brasil já pode ser seu.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!
KIT BRANDS

LINK PATROCINADO

Em Salvador temos uma plataforma completa pra você investir o dinheiro do seu filho

Dívida do país deve ser a 2ª maior dos emergentes em 2020

Endividamento bruto brasileiro fechará o ano em 101,4% do PIB neste ano, segundo estimativa do FMI

Por **Sergio Lamucci e Lucas de Vitta** — De São Paulo

15/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



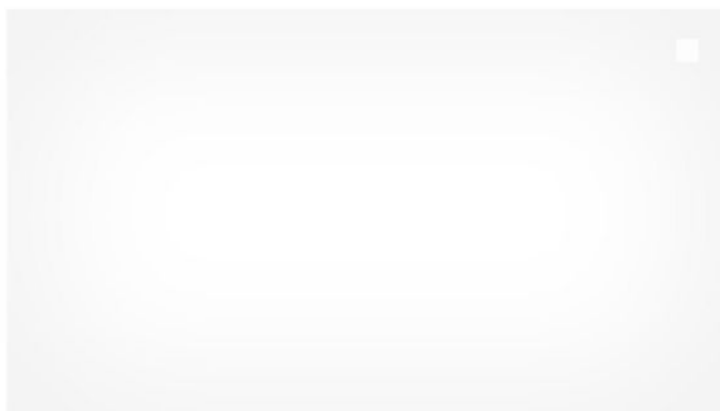
Vitor Gaspar: teto tem papel importante como âncora fiscal de longo prazo — Foto: Cory Hancock/FMI

O Brasil deverá atingir em 2020 o segundo maior nível de dívida pública de um grupo de 40 países emergentes e de renda média, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nas projeções do FMI, o endividamento bruto brasileiro alcançará a marca de 101,4% do PIB, atrás apenas dos 120,3% do PIB previstos para Angola, e muito acima dos 62,2% do PIB esperados para a média desse grupo de economias. O número deve ficar em 61,7% do PIB na China, em 89,3% do PIB na Índia e em 65,5% do PIB no México. Nas projeções do Fundo, o Brasil terá déficits primários até 2025.

Pelas estimativas do Fundo, o Brasil terá a maior dívida bruta das economias emergentes e de renda média em 2022, quando o indicador deverá ficar em 103,5% do PIB, ao passo que a de Angola recuará para 93,8% do PIB. Os números fazem parte do Monitor Fiscal, divulgado ontem na íntegra. O documento indica que o endividamento bruto brasileiro crescerá até 2025 (data da última projeção que consta do texto), quando deverá bater em 104,4% do PIB. A dívida bruta é um dos principais indicadores de solvência fiscal acompanhado pelos analistas.

Em 2019, o endividamento bruto do Brasil ficou em 89,5% do PIB, de acordo com os números do Fundo, que adota uma metodologia diferente da usada pelas autoridades brasileiras para o cálculo do indicador. O FMI inclui na conta os títulos do Tesouro na carteira do Banco Central (BC), ao passo que, pelo critério brasileiro, esses papéis não são considerados. Em 2019, a dívida bruta do país ficou em 75,8% do PIB pela metodologia usada pelo BC. O FMI espera que, pelo critério brasileiro, o endividamento bruto fique em 99% do PIB neste ano.

PUBLICIDADE



A situação fiscal de países emergentes e desenvolvidos piorou de modo generalizado em 2020 devido ao impacto da covid-19, que levou ao aumento das despesas públicas e à queda das receitas. Nos países avançados, o endividamento bruto vai subir de 105,3% do PIB em 2019 para 125,5% do PIB em 2020, enquanto o dos emergentes deve crescer de 52,6% do PIB para 62,2% do PIB, estima o FMI.

O Monitor Fiscal também mostra uma forte piora do déficit público brasileiro neste ano. O rombo primário (que exclui gastos com juros) deve subir de 1% do PIB em 2019 para 12% do PIB em 2020, enquanto o da média dos emergentes ficará em 8,8% do PIB, prevê o Fundo. Para o ano que vem, o FMI espera um déficit primário de 3,1% do PIB. Nas contas do Fundo, o Brasil deve apresentar resultados primários no vermelho até 2025 - o limite do horizonte das projeções -, quando o buraco deverá ser de 0,1% do PIB. A expectativa é de deterioração expressiva também do déficit nominal, que considera despesas com juros. Nesse caso, o rombo deve pular de 6% do PIB em 2019 para 16,8% do PIB em 2020, bem acima da média dos emergentes, de 10,7% do PIB.

Em entrevista para comentar o Monitor Fiscal, o diretor do departamento de Assuntos Fiscais do Fundo, Vitor Gaspar, disse que o teto de gastos tem um papel importante a desempenhar para que o Brasil mantenha a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo. Ele elogiou a resposta fiscal dada pelo governo à crise provocada pela covid-19. Segundo o diretor do FMI, as medidas adotadas desde o início da pandemia permitiram que 23 milhões de brasileiros evitassem a pobreza.

No entanto, o país agora enfrentará um dilema sobre como manter esse apoio fiscal sem enfrentar riscos relacionados ao endividamento. Na avaliação de Gaspar, a saída é enfatizar políticas que garantam a sustentabilidade das contas públicas nos próximos anos. "O teto de gastos tem um importante papel a desempenhar como âncora fiscal de longo prazo."

Para o diretor do FMI, o Brasil também deve continuar a promover as reformas que já estavam sendo discutidas pelo Congresso antes mesmo da pandemia. "Essa é uma agenda poderosa que, de fato, deve ser perseguida", afirmou Gaspar.

Com muitos trabalhadores ainda desempregados, pequenas empresas em dificuldades e a perspectiva de que 80 milhões a 90 milhões de pessoas caiam na

extrema pobreza em 2020 por causa do impacto da covid-19, é muito cedo para os governos retirarem o “apoio excepcional” à economia, disse ainda ontem o FMI. “No entanto, muitos países terão que fazer mais com menos, devido a restrições orçamentárias crescentemente mais apertadas”, apontam Gaspar e os economistas Paulo Medas, John Ralyea e Elif Ture em texto a respeito do Monitor Fiscal.

Segundo eles, à medida que as economias começam a reabrir, mas a incerteza sobre a pandemia permanece, os governos devem garantir que o apoio fiscal não seja retirado rápido demais. “No entanto, ele deve se tornar mais seletivo e evitar ficar no caminho da realocação setorial necessária, uma vez que a atividade retome”, afirmam eles.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!

KIT BRANDS

LINK PATROCINADO

Em Salvador temos uma plataforma completa pra você investir o dinheiro do seu filho

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido no ouvido então precisa ver isso urgente

TINNITUS PRO

FMI adverte sobre a retirada prematura de estímulos fiscais

A capacidade do governo de realizar investimentos racionais, neste ambiente, é limitada

15/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Os enormes e generalizados aumentos da dívida pública para combater os efeitos da pandemia preocupam menos o Fundo Monetário Internacional do que a possibilidade de que os países “desliguem o apoio fiscal muito cedo”. Manter os estímulos fiscais para consolidar a retomada é uma recomendação, inequívoca no caso das economias avançadas e com facilidade para contrair novos empréstimos. Ela é condicional, porém, em relação a economias emergentes, muitas das quais já não tinham espaços fiscais para políticas anticíclicas antes da covid-19 e ampliaram dívidas já muito elevadas. No caso do Brasil, o caminho a seguir é complexo. O Monitor Fiscal mostra que o país ampliou os gastos públicos tanto quanto os países ricos, tem o maior endividamento do mundo emergente e capacidade de financiamento adicional limitada - e sob desconfiança.

Os países avançados precisam, além de evitar retirar o apoio fiscal prematuramente - o FMI julga que o correto é mantê-los pelo menos até 2021 -, elevar os investimentos públicos, cujo poder de irradiação cresce em meio a incertezas, como as atuais. “No momento, o importante é sustentar a recuperação e reduzir danos prolongados às economias”, disse Vitor Gaspar, diretor de Assuntos Fiscais do FMI.

A dívida dos países ricos subiu a 125,5% do PIB - a global, a 100% pela primeira vez -, com alta de 20,8 pontos percentuais em relação a 2019. A dos países emergentes aumentou 5,9 pontos percentuais, para 62,2% do PIB. O endividamento dos países do G-20 já era exorbitante antes mesmo da pandemia: 240% do PIB. Mas há dois

motivos para que o Fundo não se alarme com a evolução da dívida dos países ricos. A covid-19 foi um “evento único” para as dívidas e as taxas de juros próximas ou abaixo de zero permitirão a estabilização do endividamento já a partir de 2021 - exceto nos EUA e na China.

PUBLICIDADE

Ads by Teads

Os dilemas mais difíceis na saída da pandemia estão na direção da política fiscal que seguirão países cuja dívida é muito alta e têm em xeque sua capacidade de continuarem se endividando. O Brasil é o exemplo extremo deste grupo, um caso quase único entre os emergentes. Seus gastos contra os efeitos da pandemia chegaram perto de 11% do PIB, bem acima dos 5% do PIB dispendidos pelos emergentes. O déficit fiscal elevou-se para 16,8% do PIB, acima da média de -14,4% dos países ricos e só abaixo de EUA e Canadá.

A dívida bruta do governo geral brasileiro alcançará 101,4% do PIB em 2020, segundo o FMI. A média dos emergentes é de 62% do PIB e quem mais se aproxima do Brasil, ainda que a boa distância, é a Índia (89,3%). Pelas previsões do Fundo, não explicitadas, o déficit fiscal em 2025 estará no mesmo nível (alto) de 2019, em 5,9% do PIB, um dos piores resultados projetados de todos os países, exceto China, Índia e alguns produtores de petróleo. Já a dívida bruta cresce ao longo de todo o período, atingindo 104,4% do PIB ao fim do quinquênio. Só os países ricos superam esta marca.

O FMI sugere que países com restrição fiscal priorizem a proteção aos mais vulneráveis e cortem gastos que redundam em desperdícios. Um planejamento fiscal de médio e longo prazo é uma peça importante na transição. Perguntado, Vitor Gaspar disse que o teto de gastos tem “importante papel a desempenhar”, junto

com as reformas. Outro capítulo do Monitor Fiscal, sobre investimento público, foi mais explícito ao admitir a suspensão temporária de regras fiscais que impedem gastos, desde que elas sejam substituídas por outras críveis, de consolidação, anunciadas com clareza e em detalhes.

Há vários meios de arrumar recursos para gastos que sustentem redes de proteção social. Redução de salários de funcionários públicos, para o FMI, é um deles. Outro é aumentar impostos sobre os mais ricos, seja para elevar os recursos de programas focados nos mais vulneráveis, seja para reduzir o déficit. Uma outra é taxar progressivamente salários e rendas para financiar investimentos na infraestrutura e na reorientação da economia para atividades que criem empregos, elevem a produtividade e sejam ambientalmente sustentáveis. O sistema tributário deve ser reformado para apoiar estes objetivos.

Endividado, o Brasil precisa retomar o ajuste, sem descuidar de manter algum apoio fiscal. A maré política, que conduz o barco da reeleição de Bolsonaro, empurra mais na direção do fim das amarras fiscais e da gastança. A capacidade do governo de realizar investimentos racionais, neste ambiente, é limitada. Achar o meio termo é possível, embora pouco provável.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!
KIT BRANDS

LINK PATROCINADO

Em Salvador temos uma plataforma completa pra você investir o dinheiro do seu filho
BANCO INTER

Governo quer mudar fundos de desenvolvimento

MP transforma FDNE, FDA e FDCO em entidades privadas, para estruturar projetos de infraestrutura

Por **Fabio Graner** — De Brasília

15/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O governo prepara uma grande reestruturação dos fundos de desenvolvimento das Regiões Nordeste (FDNE), da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO). Minuta de medida provisória do Ministério do Desenvolvimento Regional a que o **Valor** teve acesso prevê a transformação desses fundos em entidades privadas que terão papel de estruturar projetos na área de infraestrutura, garantir operações e atuar por meio da participação em fundos de investimento que atuem em áreas prioritárias.

Apesar de já haver uma MP pronta, o desenho final ainda pode mudar após sugestões de outras áreas, como o Ministério da Economia e a Casa Civil, que estão em conversas com a equipe do ministro Rogério Marinho.

Um dos pontos pendentes é como será feita a “integralização das cotas” (o aporte de recursos) desses fundos, quando eles passarem de públicos para privados. Somados, os três contam com cerca de R\$ 6,5 bilhões, que estão na chamada “conta única” do Tesouro.



Na configuração atual, esse dinheiro não pode ser todo usado porque depende de liberação orçamentária, ainda que os financiamentos sejam considerados despesas financeiras. Nos últimos anos, o orçamento dos fundos caiu para cerca de um terço dos R\$ 3,4 bilhões permitidos em 2017.

Com a medida, o saldo de R\$ 6,5 bilhões será repassado para os novos fundos privados. Esse processo, contudo, dificilmente será feito de uma vez só, já que essa transferência da “conta única” para os fundos. Assim, a integralização deve ser parcelada.

E, para garantir o equilíbrio fiscal, a ideia é reduzir os custos do governo com as operações dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta é diminuir a taxa de administração máxima de 2,4% para 0,5% ao ano e também o chamado “del credere”, encargo cobrado pelos bancos para ficarem com o risco das operações - varia de 3%, quando o risco é compartilhado com o fundo, a 6%, quando o risco fica todo com o banco. Ainda não há valor novo previsto.

Os custos dos fundos constitucionais, que segundo uma fonte estão acima de R\$ 1 bilhão por ano, são contabilizados pelo Tesouro como despesa primária e sua redução é que abre espaço no teto para a integralização gradual das cotas dos fundos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, as menores taxas nos fundos constitucionais permitirá ampliação dos seus empréstimos, pois haverá mais disponibilidade financeira, nesse caso sem impacto primário.

Os novos fundos não mudarão de nome. O desenho da gestão como entidades privadas ainda está sendo construído, mas tem inspiração em modelos como o FGTS, que tem um conselho tripartite e administração pelo governo. Parte da atuação se dará de forma semelhante à BNDESPar, naquilo que envolver compras de cotas de fundos de investimento em áreas de interesse estratégico.

O objetivo com as mudanças é dar um salto na hoje ínfima atuação do FDNE, FDA e FDCO, que decorre de problemas burocráticos e da competição com os fundos constitucionais. Segundo o **Valor** apurou, neste ano foram desembolsados apenas R\$ 92 milhões nos fundos de desenvolvimento.

Com a mudança de abordagem em preparação, que se insere no contexto de maior restrição fiscal do país, o Ministério do Desenvolvimento Regional busca atacar um dos principais problemas comentados como entrave para o Brasil dar um salto de investimentos em infraestrutura: a falta de bons projetos. Um técnico diz que R\$ 1 bilhão bem aplicado na estruturação de projetos pode mobilizar investimentos de R\$ 80 bilhões.

Com a possibilidade de oferecer garantias e participar de fundos de investimento, a ideia também é reforçar parcerias público-privadas em áreas como iluminação pública, saneamento básico, mobilidade urbana, gestão de resíduos sólidos e também de ativos como parques. Com esses instrumentos, a visão expressa na MP é de que será possível direcionar recursos de capital de risco para bancar obras de infraestrutura nas regiões mais pobres do país.

Em outras palavras, os fundos serão mobilizados para ajudar atrair o setor privado para projetos de infraestrutura que técnicos estimam que podem chegar perto de R\$ 1 trilhão - R\$ 700 bilhões só em saneamento.

Os novos fundos de desenvolvimento poderão também receber aportes do setor privado e de outras instituições. Para atrair os investidores, uma das ideias é permitir que as cotas adquiridas possam ser posteriormente vendidas na bolsa de valores ou mesmo em mercado de balcão. Mas o formato, que busca remover a incerteza sobre uma eventual saída para investidores, ainda dependerá de regulamentação posterior à MP.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

Guedes eleva economia estimada com reforma administrativa para R\$ 450 bi

Estimativa inicial do governo era de R\$ 300 bilhões em dez anos

Por Edna Simão, Mariana Ribeiro e Marcelo Ribeiro — De Brasília

15/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a economia do governo com a reforma administrativa em dez anos pode chegar a R\$ 450 bilhões. Isso deve acontecer porque a taxa de reposição (contratação de servidores para fazer frente aos aposentados) está em 26%. A estimativa inicial do governo era de economia de R\$ 300 bilhões em dez anos com taxa de reposição de 70%.

No início de setembro, o governo Bolsonaro encaminhou ao Congresso uma proposta de reforma administrativa, que não inclui os atuais servidores e membros de outros Poderes. "Como disse o presidente da Câmara [Rodrigo Maia], nós mantivemos os direitos do funcionalismo atual, lançamos a base de um funcionalismo futuro, com muito mais meritocracia e avaliação de resultados", disse Guedes, em abertura de seminário virtual promovido pelo IDP.

Com a proposta, ao longo dos anos, dependendo das carreiras dos cargos típicos de Estado, haverá a decisão sobre "se precisa de seis anos, sete anos para adquirir estabilidade", disse. "A Receita Federal pode ser que sejam quatro anos. No Itamaraty pode ser que sejam oito anos. Cada um é que vai definir os quadros desse funcionalismo futuro", afirmou.

Guedes disse ainda que "o Brasil está muito bem visto lá fora". Essa foi a percepção que teve da reunião virtual que participou ontem com ministros de Finanças e

presidentes de Banco Central (BC) no G-20. Ele ressaltou que a pandemia pegou o país de surpresa, mas, sem haver combinação entre os Poderes, houve uma resposta “fulminante”. Por isso, o Brasil voltou a crescer em “velocidade alucinante” e em “V”, de acordo com ele.

Ainda ontem, o presidente Jair Bolsonaro atribuiu à equipe de Guedes o protagonismo das medidas que estão ajudando o Brasil a atravessar um momento “muito difícil”. “Graças à equipe do Paulo Guedes estamos superando este momento. Graças ao trabalho da equipe da Economia nossa nós conseguimos mitigar esse problema”, afirmou

Guedes afirmou que, “apesar de aparente desentendimento”, há mais convergências do que divergências entre ele e Maia. Além disso, defendeu a aprovação de uma versão mais ampla do Pacto Federativo para que a classe política volte a ter o poder de decisão na alocação de recursos. Isso evitaria que 4% do Orçamento (que não tá indexado) fique nas mãos de ministros que correm de um lado para o outro tentando furar o teto de gastos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!
KIT BRANDS

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido no ouvido então precisa ver isso urgente
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

Mais pobres têm maior inflação em setembro em 14 anos

Com alta dos alimentos, taxa passou de 0,38%, em agosto, para 0,98%, aponta Ipea

Por Alessandra Saraiva — Do Rio

15/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Em meio à pandemia, a inflação em setembro acelerou em todas as faixas de renda, mas foi mais intensa entre os mais pobres, devido ao atual movimento de alimentos mais caros, de maior peso na cesta básica, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Nas famílias com renda mensal domiciliar inferior a R\$ 1.650,50, a taxa de inflação passou de 0,38% para 0,98% entre agosto e setembro. Foi a mais forte taxa inflacionária para meses de setembro em 14 anos, afirmou a pesquisadora do instituto Maria Andreia Parente Lameiras. Para ela, o indicador sinaliza que a inflação entre os mais pobres deve terminar o ano em patamar acima da dos mais ricos.

Segundo o Ipea, a inflação apurada entre famílias de renda muito baixa acumula alta de 4,3% nos 12 meses até setembro, maior patamar desde maio de 2019 (5%). Já entre as famílias mais ricas, a taxa de inflação foi inferior: 1,8%, no período.

A técnica detalhou que o peso dos alimentos é maior na cesta de produtos entre os mais pobres, com participação de 27% no total do orçamento mensal na faixa de renda mais baixa. “Na faixa de renda mais elevada, os gastos com alimentos representam 13% do orçamento mensal”, disse. “O problema é que todos os itens

que sobem de preço nos alimentos, na pandemia, são todos de cesta básica dos mais pobres, como cereais, arroz e feijão.”

O peso menor dos alimentos no orçamento dos mais ricos fez a diferença na evolução inflacionária do mês nas famílias de maior poder aquisitivo. Nas seis faixas de renda pesquisadas pelo instituto, nas famílias com renda domiciliar mensal acima de R\$ 16.509,66, a taxa de inflação em setembro ficou em 0,2%, ante 0,98% para os mais pobres.

Em contrapartida, o movimento de alimentos mais caros em setembro respondeu por quase 75% da inflação na faixa de renda mais baixa. No mês passado, houve fortes elevações nos preços de arroz (18%); óleo (28%) e leite (6%). Além disso, no acumulado de janeiro a setembro, a inflação dos alimentos acelerou 9,2%. No período, foram observadas altas expressivas em arroz (41%); feijão (34%); leite (30%); e óleo de soja (51%).

O presidente Jair Bolsonaro relacionou ontem o aumento no preço do arroz ao isolamento social durante a pandemia. “Fizeram ‘lockdown’, acabaram com os empregos, aí sobe o preço do arroz, né? Fique em casa, pô. Já pensou se o homem do campo tivesse ficado em casa? Não teria nem a R\$ 30, R\$ 35 o pacote de 5 kg. Não teria arroz”, afirmou.

O presidente disse que a situação deverá mudar a partir do fim de dezembro, com a colheita de uma “supersafra” do grão. **(Colaborou Matheus Schuch, de Brasília)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!

Saúde pressiona e municípios gastam 4% a mais no semestre

Levantamento da Frente Nacional de Prefeitos indica que despesa com pessoal cresceu abaixo da média

Por Marta Watanabe — De São Paulo

15/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Impacto da pandemia nos municípios brasileiros

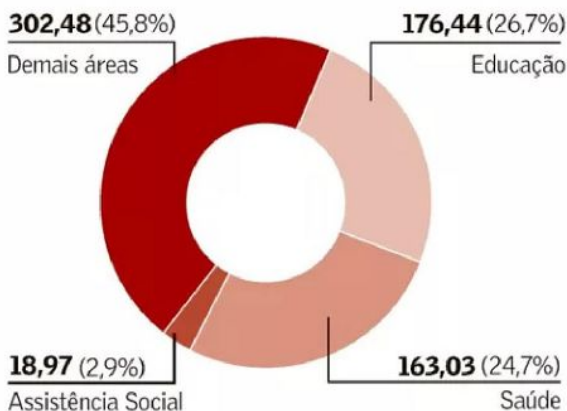
Receitas e despesas Jan-Jun20/Jan-Jun19 - em %*

Total



Despesa total por funções

(Valores de 2019 atualizados pelo IPCA - R\$ bilhões)



- **5,7%** foi o crescimento real da receita corrente líquida dos municípios no primeiro trimestre de 2020 contra igual período de 2019
- **1,7%** foi a queda real de receitas dos municípios no segundo trimestre de 2020, com auxílios da União
- **7,2%** foi a queda real de receitas das prefeituras no segundo trimestre, sem auxílios da União
- **3,2%** foi a alta real de gastos com saúde no primeiro bimestre de 2020 contra igual período de 2019
- **13,9%** foi o crescimento de despesas com saúde no segundo bimestre de 2020
- **15,8%** foi o avanço de gastos com saúde no terceiro bimestre deste ano

As despesas totais dos municípios brasileiros avançaram no primeiro semestre deste ano 4% reais (descontada a inflação) sobre igual período de 2019, puxadas por gastos com saúde, com alta de 11,5%. Para essa área, são direcionados em média cerca de um quarto dos dispêndios das prefeituras.

Por categoria econômica, a despesa de pessoal, que absorve em média quase metade dos gastos totais, subiu 3,4%. A variação está abaixo da alta na despesa total, mas acima do aumento de 2,2% do agregado das receitas municipais, contemplando arrecadação própria e transferências, inclusive os socorros da União. Variações sempre reais no primeiro semestre de 2020, na comparação com igual período do ano passado.

Os dados constam do anuário "Multi Cidades", que será divulgado em webinar hoje pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Foi considerada a Receita Corrente Líquida (RCL), levantada para 2.409 prefeituras que entregaram demonstrativos completos até 24 de agosto. Os dados de despesas totais consideraram 4.252 municípios, também levantados nos relatórios fiscais entregues à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



Ads by Teads

O levantamento mostra como a pandemia alterou as tendências iniciais das contas municipais em 2020. A despesa com saúde, por exemplo, cresceu 3,2% reais no primeiro bimestre do ano contra igual período de 2019. Em março e abril, já sob o

efeito da disseminação da covid-19, a alta foi de 13,9% e avançou para 15,8% no terceiro bimestre, sempre no mesmo critério de comparação. No semestre, os gastos com assistência social também cresceram, em 6,5%.

Nas receitas também é clara a mudança. Segundo o levantamento, de janeiro a março a RCL aumentou 5,7% contra iguais meses de 2019. No segundo trimestre, as receitas municipais caíram 1,7%, já contabilizando o efeito de auxílios extraordinários da União. Sem os auxílios, a queda foi de 7,2%, sempre em termos reais. Ao fim do semestre, a RCL, que contempla arrecadação própria e também transferências, acrescida de auxílio da União, cresceu entre 1,5% e 3,2%, em termos reais, conforme o porte da cidade.

O estudo destaca que nos menores municípios o que mais contribuiu para uma variação positiva ao fim do semestre foram os recursos extraordinários da União. Já para as cidades de maior porte, além desse socorro, o bom desempenho das receitas no primeiro trimestre acabou compensando parte da queda nos três meses seguintes.

Jonas Donizette (PSB), presidente da FNP e prefeito de Campinas, diz que neste ano as prefeituras devem aumentar em cerca de cinco pontos percentuais da receita a destinação para a saúde. Em Campinas, diz, onde historicamente se destinam 25% das receitas para a saúde, a fatia deve avançar para perto de 30%, percentual acima dos 15% que os municípios obrigatoriamente devem aplicar na área.

O que ajudou a diminuir a pressão sobre despesas no primeiro semestre, lembra Donizette, foi a área de educação, cujo gasto caiu 3,8% em relação a iguais meses de 2019, depois de retração de 13,9% no terceiro bimestre, resultado do fechamento das escolas públicas em razão da pandemia. O menor gasto com educação, diz o prefeito, pode dificultar a alguns municípios atingir o mínimo de 25% de receitas que devem ser direcionadas à área. Por isso, explica, as prefeituras têm solicitado uma flexibilização em caráter excepcional dos tribunais de contas na análise de gastos de 2020.

Considerando despesas por categoria econômica, o estudo destaca que o gasto com pessoal, maior despesa corrente do setor público, avançou mais que as receitas no

primeiro semestre, apesar de ter subido apenas 1% no terceiro bimestre, após altas de 3,7% em janeiro e fevereiro e de 5,7% nos dois meses seguintes. A redução ao fim do semestre, porém, é creditada à suspensão da contribuição previdenciária relativa a março, abril e maio nas cidades que não possuem regimes próprios de previdência social.

Ao mesmo tempo, a suspensão do pagamento da dívida resultou em redução real de 10,8% na despesa com juros e amortização no primeiro semestre contra igual período de 2019.

De qualquer forma, o crescimento em ritmo mais acelerado das despesas totais do que das receitas vai dificultar a muitas prefeituras fechar as contas de 2020 de forma equilibrada, diz Donizette.

Gilberto Perre, secretário-executivo da FNP, lembra ainda que, embora importante, o socorro da União foi tardio, o que dificultou o planejamento durante a pandemia. De qualquer forma, ressalta, os gastos sociais - educação, saúde e assistência social - já pressionavam os municípios antes da crise sanitária. Essa questão, diz ele, demanda debate sobre redistribuição de responsabilidades e de recursos entre os entes federados.

Mesmo em meio à pandemia, o levantamento também mostra que no agregado os municípios brasileiros conseguiram elevar em 38,7% reais os investimentos no primeiro semestre. Contribuiu para isso o ingresso de recursos de financiamentos, que dobraram de janeiro a junho de 2020, sempre contra igual período de 2019.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com joanetes, zera a dor e vira febre em Salvador
MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com essa rubrica não representam a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Voltar à sala de aula para reinventá-la

Escola já não pode mais se estruturar como mera transmissora de conteúdos

José Ruy Lozano

Sociólogo e autor de livros didáticos, é membro da Comunidade Reinventada a Educação (crededuc.org)

"Uma escola é uma fábrica e um poema e uma prisão e academia e tédio, com flashes de pânico". A frase do poeta russo Joseph Brodsky, retirada de um de seus ensaios autobiográficos, diz muito sobre as imagens associadas à instituição escolar ao longo do tempo — de centro de difusão de conhecimento e formação humana até estabelecimento repressivo e normalizador de condutas. Nas últimas semanas, porém, a expressão "flashes de pânico" pode definir a melhor, diante da iminente autorização para o retorno às aulas presenciais em meio à pandemia de Covid-19.

O receio do contágio é plenamente justificado diante de números que não cedem, ou cedem lentamente. Mas o retorno às atividades presenciais nas escolas pode desencadear outros medos, frustrações ou, pelo menos, necessidades de adaptação — e não apenas no que se refere a normas de higiene e distanciamento.

Em pouquíssimo tempo, e de forma quase heroica, educadores do mundo todo fizeram a transferência de sua atuação presencial para o espaço virtual, com maiores ou menores recursos e êxitos. No ambiente on-line, no entanto, vemos com frequência a aula como commodity: mera transmissão de informações. O professor fala, o aluno escuta. De aulas assim, o YouTube está cheio, sobre todos os tópicos tradicionais da educação básica. Por que investir tempo e disposição para assistir ao professor, se posso acessar os mesmos conteúdos com recursos visuais mais interessantes e "professores" por vezes mais divertidos?

A adaptação forçada aos meios virtuais e a constatação da reprodução de práticas analógicas no universo digital devem levar os educadores a uma importante reflexão:

como aproveitar ao máximo a permanência do aluno em sala de aula? A presença do estudante diante do professor, de cuja falta tanto nos ressentimos, é fundamental para quê? Se conteúdos e treinamentos podem ser disponibilizados em vídeos, o que fazer quando estivermos de volta às escolas?

Se há alguma herança positiva do período de pandemia, em meio a um cenário tão desolador, é a constatação de que a escola já não pode mais se estruturar como transmissora de conteúdos. Além de seu fundamental papel na socialização e na

aprendizagem de tudo o que ela envolve (cooperação, solidariedade, respeito ao outro e ao espaço público), sua função contemporânea é desenvolver a reflexão — crítica, problematizadora, cidadã — sobre conceitos e informações há muito instantaneamente acessíveis na sociedade em rede.

O trabalho começa com a intensa e necessária curadoria de fontes de informação, cada vez mais urgente nesses tempos de terraplanismo e fake news, negacionismo e revisionismo histórico. A inserção inteligente para que o debate sobre pontos de vista divergentes seja feito em bases sólidas.

Também aprendemos nos tempos de pandemia que as aulas on-line mais bem-sucedidas foram aquelas que solicitaram ao aluno a observação, a pesquisa, a experiência e a aplicação prática de conceitos, realizadas previamente, cujos resultados, satisfatórios ou não, eram colocados em discussão durante a aula.

Foi possível igualmente perceber que o aluno poderia ler um texto ou assistir a uma vídeo-aula antes da interação ao vivo com o professor, chegando a ela já com as informações necessárias para pensar sobre o assunto estudado, responder a perguntas, propor questionamentos e reflexões a respeito do que viu ou leu.

Inverter, enfim, a ordem dos fatores. Deixar de priorizar a transferência de dados — commodity — para agregar valor à indispensável reunião presencial denominada aula. Aperfeiçoar a proximidade com o que aprendemos na distância. Assim poderemos evitar os "flashes de pânico" do retorno a um normal escolar que há muito já deveria ter sido superado.

[...]

A adaptação forçada aos meios virtuais e a constatação da reprodução de práticas analógicas no universo digital devem levar os educadores a uma importante reflexão: como aproveitar ao máximo a permanência do aluno em sala de aula? A presença do estudante diante do professor, de cuja falta tanto nos ressentimos, é fundamental para quê?

Equidade no mercado financeiro

Referências femininas são essenciais para encorajar mulheres a investir

Marta Pinheiro

Diretora de ESG (Environmental, Social and Governance) — governança ambiental, social e corporativa) na XP Inc.

É surpreendente — para não dizer chocante — saber que nós, mulheres, só começamos nossa trajetória rumo à independência financeira há pouco mais de 50 anos. O dinheiro existe há séculos, o primeiro banco brasileiro foi fundado há mais de 150 anos, mas apenas em 1969, pelo Estatuto da Mulher Casada, as mulheres conquistaram o direito de abrir conta em banco sem depender da autorização do parceiro. A igualdade completa dos direitos civis só aconteceu com a Constituição de 1988, o que ajudou a explicar o atraso do mercado financeiro em equidade de gênero e, claro, a urgência em falar sobre o tema.

De meados do século passado para cá, muitos outros espaços foram ocupados por mulheres. Ainda em 1962, também conquistaram o direito de trabalhar fora e, para crescer na carreira, passaram a buscar formação acadêmica. Desde então, essa participação vem crescendo e se tornou predominante — o Censo Escolar de 2016 mostra que 57,2% das matriculas em universidades são preenchidas por mulheres.

No entanto, o ímpeto para quebrar barreiras e seguir adiante não tem sido acompanhado pelas oportunidades e, principalmente, por salários, que seguem inferiores. Essa situação ganha contornos ainda mais dramáticos se considerada a condição da mulher negra no país. A pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça, conduzida pelo IBGE, revela que, em 2018, pretas e pardas re-

cebaram 44,4% dos salários de homens brancos, os mais bem remunerados do país.

Contudo, essa é uma pequena parte de uma conversa que envolve milhões de outros desafios. Discutir equidade de gênero e a situação particular da mulher negra, que sofre com todo tipo de precarização na inserção social e econômica no Brasil em qualquer comparação à mulher branca, já não responde a todo o escopo de

discussões sobre gênero feminino.

Diante deste cenário complexo e desafiador, não é difícil entender os motivos que levam a uma participação tão tímida das mulheres no mercado financeiro, ainda que venha crescendo.

Neste ano, a B3, Bolsa de Valores brasileira, registrou presença recorde de CEOs femininas, correspondendo a 25,42% do total de investidores em setembro. No Tesouro Direto, investimento mais conservador, esse percentual é maior: 29% em agosto, mas ainda é muito pequeno perto da representatividade na população brasileira (51%).

Mais que investidoras, é fundamental que mulheres ocupem também seus espaços dentro do setor. Quando uma empresa assume o compromisso de equiparar homens e mulheres em seu quadro de funcionários, como fez recentemente a XP Inc., ela estimula jovens a buscar formação em cursos predominantemente masculinos, empoderando profissionais que já ocupam esses espaços e se tornam referência e estimula as mulheres que têm medo de começar a investir.

Assoluir, nesse aprendizado, damos um passo em direção à independência financeira e, consequentemente, à liberdade de escolher os próprios caminhos, direito conquistado com uma luta contínua e que ainda está longe de chegar ao equilíbrio desejado. Sendo assim, passo da hora de, juntas, avançarmos nessa jornada.

[...]

Mais que investidoras, é fundamental que mulheres ocupem também seus espaços dentro do setor. Quando uma empresa assume o compromisso de equiparar homens e mulheres em seu quadro de funcionários, ela estimula jovens a buscar formação em cursos predominantemente masculinos

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Causas para o Barão de Lima, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço.

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPAINHA PELA DEMOCRACIA

André do Rap

"Não passo o Natal aqui dentro, dizia André do Rap a companheiros de cela" (Cotidiano, 14/10). Segundo o traficante Gumho, citado na reportagem, era preciso pagar R\$3 milhões para impetrar um habeas corpus no STJ. Dizem que para um bom entendedor um pingo é letra, e assim fica fácil deduzir mais uma vez o funcionamento do Brasil. Tratam-nos como idiotas. **Claudir Jose Mandelli** (Tupã, SP)

Brasil



O caso 316 (na Lei Anticorrupção) está manchando a biografia e transformando Marco Aurélio em vilão máximo do país. Lembremos que o Legislativo aprovou a lei, e o Executivo, contrariando o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, sancionou o texto. A culpa tem que ser repartida, e parte dela está chegando às costas de Bolsonaro, que sancionou sem veto o artigo 316. É punição demais para só Marco Aurélio carregar sob os ombros. **Fábio Siqueira** (Uberaba, MG)



O tal do André não debochou de ninguém, como disse Fux ("STF forma maioria para manter ordem de prisão de André do Rap" Cotidiano, 14/10). Ele fez o que qualquer um faria. Quem debochou da Justiça e da nação foi o tal de Marco Aurélio. **Noel Neves** (Poços de Caldas, MG)

A preocupação dessa corte é manter as aparências...! Acabaram de soltar um dos líderes do PCC e ficaram nessa encenação. **Diego Belato** (São Paulo, SP)

Os parlamentares embutiram um jabutino projeto, visando se protegerem; o dito capitão achou legal, pois protegia também os seus, e assinou. Marco Aurélio seguiu a lei sem analisar os fatos. E cá estamos. **Rinaldo Bastos Vieira Filho** (Belo Horizonte, MG)

Excesso de prazo implica soltura automática? Ainda mais em se tratando de um membro do PCC, de alta periculosidade? Não, não dá para acreditar. Essa decisão foi de um primarismo de assombrar. Tem muito mais coisa aí. **Marcilio Silva** (São Paulo, SP)

40 pontos

"Lei que permite 40 pontos na CNH é sancionada por Bolsonaro" (Cotidiano, 14/10). Depois do "e daí?", da gripezinha, da inércia no combate à Covid-19, que já fez 150 mil mortos, Bolsonaro agora acaba de colocar mais combustível para mais mortes no trânsito ao elevar a pontuação da CNH para 40 pontos. **Marcos Barbosa** (Casa Branca, SP)

Seleção no TV

"Jogo da seleção foi teste de uso do futebol por Bolsonaro contra Globo" (Esporte, 14/10). A Globo só destila veneno contra o Bolsonaro. Bem feito! **João Carlos Moreno** (Presidente Prudente, SP)

O uso do futebol e de jogadores para fazer propaganda a favor do governo pode. O que não pode é protestar no vídeo de praia ("STJ adverte: Carol Solberg por protesto contra Bolsonaro", Esporte, 14/10). Censura! **Luiz Neto** (Varginha, MG)

Transmissão clandestina no canal do governo... E continua sendo o canal que ninguém vê. **Rui Simões de Souza** (Aracaju, SE)

Não gosto do Globo, que ajuda a derrubar presidentes, manipulando a população. Mas de forma nenhuma alguém de bom senso pode aprovar que um governante utilize as ferramentas do Estado e dinheiro de impostos para tentar quebrar uma empresa particular. Um absurdo usar recursos públicos para adquirir jogos da seleção. **Claudio Lourenço Rocha** (São Paulo, SP)

A charge de Jean Galvão de domingo passado (Opinião, 11/10) sobre nossa distribuição de renda remete à história da representação política de um país que produz alimentos para o mundo todo, mas tem bolsões de fome. Por outro lado, benesses, benefícios e privilégios nos três Poderes são mantidos e sempre incrementados. É a isso que na próxima eleição nós, leitores, devemos ficar atentos. É preciso pensar na hora de escolher o partido no qual vamos votar e depositar nossa confiança. **Valdemiro Trento** (Santos, SP)

Prefeitura de São Paulo

A reportagem "Prefeitura de São Paulo infla número anual de matrículas em creches com vagas do futuro" (Cotidiano, 9/10) está errada. Ao contrário do que está escrito, todas as crianças matriculadas têm vagas garantidas, podendo receber material e, se vulnerável, cartão merenda. Os especialistas desconfiam. Não há aumento de repasse às organizações parceiras ou no número de crianças por sala. As vagas foram criadas com programas novos, noticiados pela Folha, como o cadastro do segundo endereço, o transporte gratuito na educação infantil, o Mais Creche, a entrega de 13 CEUs e novas creches parceiras. **Bruno Coetane**, secretário municipal de Educação (São Paulo, SP)

Resposta da jornalista Aline Mazze: A Folha mantém as afirmações publicadas na reportagem.

ERRAMOS

MUNDO (14. OUT., PÁG. A6) O texto "Indicada à Suprema Corte se recusa a responder sobre aborto" afirmou incorretamente que a aprovação mais rápida de um indicado à Suprema Corte nos EUA havia levado 66 dias. Na verdade, há registros de candidatos aprovados em poucos dias na história americana.

MERCADO (11. OUT., PÁG. A15) A reportagem "Brasil é o país que mais expandiu gasto público em uma década" errou ao usar dados de 2008 e 2009, apurados com metodologia diferente da adotada hoje. Veja nova reportagem sobre o tema na página A20 da edição de hoje.

ILUSTRADA (13. OUT., PÁG. B8) A equipe de som de Don Pili, mencionada na reportagem "Foi num baile black", chamava-se Soul Grand Prix, não Sound Grand Prix.

MOBILIDADE URBANA (13. OUT., PÁG. 5) Diferentemente do publicado na reportagem "Evasão de passageiros nos ônibus traz discussão sobre tarifa no centro das eleições", a tarifa em Porto Alegre é R\$ 4,70, não R\$ 5,05.

